

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**GEICE QUEILA DE LIMA SILVA**

**JORNADA NO PLURAL, GÊNERO NO FEMININO:  
Considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor**

**Maceió – AL**

**2013**

**GEICE QUEILA DE LIMA SILVA**

JORNADA NO PLURAL, GÊNERO NO FEMININO:  
Considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. PhD Belmira Rita da Costa Magalhães.

Maceió – AL

2013

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos**

S586j Silva, Geice Queila de Lima.  
Jornada no plural, gênero no feminino: considerações sobre a relação  
entre trabalho doméstico e valor / Geice Queila de Lima Silva. – 2013.  
103 f.

Orientadora: Belmira Rita da Costa Magalhães.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 99-103.

1. Trabalho – Valor social. 2. Gênero e trabalho. 3. Trabalho  
doméstico. 4. Trabalho – Divisão social. I. Título.

CDU: 316.334.2:396.5

**Folha de Aprovação**

GEICE QUEILA DE LIMA SILVA

JORNADA NO PLURAL, GÊNERO NO FEMININO:  
Considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor

Dissertação submetida ao corpo docente do  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal de Alagoas e  
aprovada em 02 de maio de 2013.

Dr. Belmiré Magalhães - UFAL

(titulação, Nome completo, instituição) (Orientador)

**Banca Examinadora:**

Dr. [assinatura] - UFAL

(titulação, Nome completo, instituição) (Examinador Interno)

Dr. [assinatura] UFAL

(titulação, Nome completo, instituição) (Examinador Interno)

*Dedico este trabalho a Quitéria de Lima.  
Minha mãe, sublevação.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Imensuravelmente, à professora Belmira Magalhães, sem a qual esse trabalho não seria possível. As cores de toda a caminhada até aqui também não o seriam.

Especialmente, aos professores Arim do Bem e João Vicente, por toda a contribuição crítica e gentileza.

Ao querido Gilnison Ramos, com carinho, pela atenção e cuidado de sempre com todos que passam a fazer parte da pós.

Aos meus amigos e companheiros de resistências políticas e poéticas. Por rotinas partilhadas nesse momento, agradeço afetosamente a Rafaela Mendonça, Marcus Vinícius, Livya Sales, Gabriel Magalhães, Allan Queiroz, Laís Goes, Saulo Theotônio, Francymaikel Costa, Humberto Silva, Ágatha Salcedo, Jonathan Guedes, Henrique Bezerra, Leonardo Minelli, Natália Conti, Daniel Ferrer. E com particular gratidão, ao grande amigo Sidney Wanderley.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL – pelo fomento.

“O pano de prato está queimando”

Palavra de ordem da organização feminista “Mix-cités” sobre a repartição das tarefas domésticas entre mulheres e homens no desfile do primeiro de maio de 2000 em Paris (HIRATA, 2004)

## RESUMO

O *trabalho doméstico não remunerado* é o objeto de nossa análise, identificado socialmente como o lugar do feminino, em que o uso do tempo é invisível ao “mundo do trabalho”. Realizamos pesquisa bibliográfica com a análise de dados primários (pesquisas anteriores) e secundários; percorremos o caminho teórico-metodológico a partir de Marx, para buscar o entendimento do que são as atividades de trabalho ontológico e contemporâneo, como se processa a reprodução social e como se situa o *trabalho doméstico*. Resultados de pesquisas evidenciam que as mulheres trabalham mais do que os homens em quase todas as sociedades, particularmente em regiões rurais dos chamados “países em desenvolvimento”, a exemplo do que pudemos observar no Estado de Alagoas, em pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa Gênero e Emancipação Humana - CNPq. Ao longo da história da propriedade privada, as atividades de reprodução social foram alocadas a um espaço cada vez mais privado; no capitalismo, esse processo tem seu núcleo básico no espaço doméstico, que, nesse modo de produção, é separado da produção de bens. Esta separação caracteriza a base do atual sistema de divisão sociosexual do trabalho, com sentido de caráter econômico, cultural e político. Há um trabalho doméstico não remunerado útil ao capital, uma terceirização gratuita do tempo socialmente necessário à manutenção da prole e à reposição da mercadoria força de trabalho, que contribui para a produção de parte do valor dessa mercadoria. Trata-se de um *valor de uso social* que, diferentemente do valor de uso social resultante de toda a forma de produção, é naturalizado pela ideologia patriarcal. Nas sociedades contemporâneas em desenvolvimento, as atuais políticas governamentais de regulação privada das demandas coletivas de reprodução, as chamadas políticas compensatórias, aprofundam o lócus da casa como o espaço feminino preferencial. Há uma “jornada feminina natural”, sustentada ideologicamente pela *feminização das demandas sociais da maternidade*, que deve ser enfrentada para a maior compreensão do papel do trabalho doméstico não remunerado na lógica da exploração capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Trabalho doméstico. Valor.



## ABSTRACT

The unpaid domestic work is the object of our analysis, socially identified as the place of women, where the use of time is invisible to the "world of work". We conducted a literature review with analysis of primary data (previous research) and secondary data; traversed the theoretical- methodological way from Marx to seek the understanding of what are the ontological and contemporary work activities, revisiting how social reproduction is processed and how domestic work is set. Research results show that women work more than men in almost all societies, particularly in rural regions of so-called "developing countries", as we could observed in the State of Alagoas, and in surveys conducted by the research group Gender and Human Emancipation - CNPq. Throughout the history of private property, the activities of social reproduction were allocated to an ever more private space. In capitalism, this process has its basic core in the domestic space; that in this mode of production is separated from the production of goods. This separation characterizes the basis of the current system of sociosexual division of labor, with a sense of economic, cultural and political characters. There is unpaid domestic work useful to capital, an outsourcing of free time socially necessary to the maintenance of the offspring. Unpaid domestic work also contributes to the replacement of the commodity labor power, which plays a part in the production value of this commodity. It is a social use value that is different than the social value resulting from any form of production, which is naturalized by the patriarchal ideology. Contemporary developing societies, demonstrate current government policies of private regulation of collective demands of reproduction, called compensatory policies, deepen the locus of the house as the female space preferred. There is a "natural feminine workday", supported ideologically by the feminization of social demands of motherhood, which must be addressed for a better understanding of the role of unpaid domestic work in the logic of capitalist exploitation.

**Keywords:** Work. Gender. Domestic work. Value.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 TRABALHO E TOTALIDADE SOCIAL: CATEGORIAS-CHAVE PARA UM FAZER SOCIOLÓGICO.....	16
2 RELAÇÕES DE CLASSE E GÊNERO.....	31
2.1 Começando pela produção: a unidade com a reprodução e a historicidade da divisão social do trabalho.....	31
2.2 Capitalismo: a unidade contraditória entre trabalho concreto e abstrato em seus atuais mecanismos de intensificação.....	38
2.3 Mulher moderna: as condições da jornada socialmente reconhecida.....	49
3 TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E VALOR.....	61
3.1 <i>“Fico com todas as tarefas domésticas, além de trabalhar e ainda estudar. Horrível.”</i> .....	61
3.2 Valor e feminismo.....	75
3.3 Trabalho produtivo e improdutivo.....	81
3.4 Desnaturalizando o valor de uso social do trabalho doméstico não remunerado.....	86
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	99

## INTRODUÇÃO

Tomamos como objeto o *trabalho doméstico não remunerado*<sup>1</sup> exercido no interior da família, responsável pela reprodução da força de trabalho que garante a manutenção e a legitimação da prole (o futuro trabalhador) e a reposição da energia da mercadoria força de trabalho. Esse, por sua vez, ocupa primordialmente o tempo das mulheres, sob uma jornada de trabalho ainda invisível às estatísticas oficiais brasileiras. Uma 'jornada interminável', como afirma Maria Duran (1986), como "‘el outro’ trabajo, que podría llamarse todavía ‘el trabajo’ por antonomásia, puesto que sigue ocupando la mayor parte del tiempo de la mayoría de la población adulta (...)" (DURAN, 1986, p. 6).

No presente momento, o trabalho doméstico remunerado encontra-se em evidência no campo político, devido à movimentação dessa categoria em busca de reconhecimento legal para a garantia de igualdade de direitos. Um passo importante. Por outro lado, a força de seu crescimento denota uma resposta "à crise da reprodução e como resultado da diminuição de postos de trabalho nos setores outrora dinâmicos da economia e a uma divisão internacional do trabalho em que os países do sul (...) ampliam a exportação direta de pessoas" (NOBRE, 2004, p. 65).<sup>2</sup>

Paralelamente, o trabalho doméstico não remunerado continua como pauta política em evidência para os movimentos feministas. Tem ganho espaço também na sociologia, principalmente na sociologia do trabalho, quando esta se preocupa com a investigação do uso social do tempo, objetivando investigar os tempos de trabalho invisíveis à lógica de mercado, questionamento já tradicional na literatura feminista (ÁVILA, 2007; BRUSCHINI, 2006; DEDECA, 2004; DURAN, 1986;

---

<sup>1</sup> Termo defendido por Bruschini (2006) para a utilização nas pesquisas sobre tempo de trabalho, principalmente nas pesquisas oficiais, para que o dado do tempo gasto com o trabalho doméstico passe a ser contabilizado.

<sup>2</sup> "No Brasil, o emprego doméstico foi o setor que mais criou postos de trabalho nos anos 1990. Em 2001 eram quase 6 milhões de pessoas: 94% eram mulheres; 66% eram negros. Ampliou-se a formalização do emprego doméstico, mas apenas ¼ das mulheres trabalhadoras domésticas tinham a carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social. O pequeno grau de formalidade (...) se concentra nas capitais do Sul e Sudeste e junto a trabalhadoras brancas" (NOBRE, 2004, p. 65).

MAGALHÃES, 2005; NOBRE, 2004, 2002; HIRATA, 2011, 2010, 2004, 1987; IASI, 2011; RAMOS, 2009).

Como explicar o fato de em praticamente todas as sociedades industrializadas do Ocidente constatar-se o crescimento da participação feminina no trabalho de mercado, o aumento de sua escolaridade, mas, ao mesmo tempo, a manutenção de uma “servidão voluntária”, como denomina Hirata (2004)?

O índice das mulheres “economicamente ativas” cresce no Brasil, ocupando novos lugares, porém mantendo lugares muito antigos. Nos últimos anos houve um aumento expressivo da chefia feminina na atual estrutura familiar: passou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009 (CEPIA; ONU Mulheres, 2011, p. 145). Mas também em 2009 constatou-se que 90% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais de idade afirmaram realizar tarefas domésticas, comparados a 50% dos homens. Em média, as mulheres ocupam 22 horas semanais com a atividade doméstica não remunerada, enquanto a média masculina é de 9,5 horas (IPEA nº 149, 2012, p. 4).

Paralelamente, as mulheres ocupam apenas 30% do contingente empregado com carteira assinada, ao passo que a remuneração no trabalho de mercado continua com enorme disparidade: em 2009, o rendimento mensal feminino equivalia a 70,7% do masculino, diferença agravada no mercado informal, atingindo 63,2% (com destaque para a desigualdade de cor/etnia, em que cerca de 60% dessas mulheres ocupadas em atividades econômicas informais são de cor parda ou preta) (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 251-254).

Pesquisa do Data Popular e da SOS Corpo, realizada em dezembro de 2012, traz dados que nos induzem a fazer um breve balanço da última década no tocante à tensão entre autonomia feminina e família, e a mediação do Estado, do ponto de vista da regulação do tempo da reprodução social. A pesquisa apontou que para as mulheres com trabalho remunerado, encontrar vaga em creche é a maior das dificuldades, e o que vem a agravar este dado é que essa demanda não sofre variações díspares de acordo o nível de renda (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%), pois se trata de uma demanda por creches públicas, acompanhada pela demanda por transporte público.

Uma linha de argumentação possível para explicar o dado supracitado é que a efetiva demanda por creche pelas mulheres de baixa renda pode estar obscurecida pela combinação entre desemprego e dedicação à vida doméstica. Tal avaliação é também possível incluindo-se os condicionantes de gênero das políticas recentes de auxílio governamental às famílias pobres. Aditemos ainda o seguinte dado: 78% das entrevistadas de renda expressa pelas classificações “classe D e E” declararam não possuir máquina de lavar roupa, sendo 47% para a “C” e 17% para a “AB” (Data Popular; SOS Corpo, 2012).

Quando consideramos as diferenças expressas pelos contrastes de renda e classe podemos observar obstáculos importantes ao progresso de conjunto do gênero feminino, mas, sobretudo, que as margens de autonomia feminina conhecidas atualmente não podem ser universalizadas para todas as mulheres, pois são matrizadas por cortes de classe.

Conforme dados atuais colhidos por outras pesquisas, 63% das mulheres entrevistadas pelo Data Popular e SOS Corpo concordam com a afirmação de que “as mulheres sempre ganham menos do que os homens”. Apontam haver um conflito entre a margem de autonomia possibilitada pelo trabalho remunerado e o afastamento das responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos para a efetivação dessa autonomia. A coerção social advinda dessa responsabilização é expressa pela seguinte constatação da pesquisa: 59% das mulheres da chamada classe D, 37% da classe C e 32% da classe AB afirmaram estar de acordo com a seguinte assertiva: “se eu pudesse, eu pararia de trabalhar para cuidar da casa”. Esse dado indicou uma relação mais estreita entre pobreza econômica e anseio feminino por dedicação ao espaço doméstico e aos filhos, e ainda, um índice relevante dessa vontade entre mulheres com melhores condições econômicas. O que pode explicar essa relação?

Vivemos um processo de individuação feminina bastante conflituoso, operado numa tensão entre determinadas margens de autonomia que deságuam em contradições fundantes do mundo moderno. Observamos que tais contradições têm sido intensificadas na contemporaneidade, mormente na relação entre ideologia patriarcal<sup>3</sup> e regime político neoliberal.

---

<sup>3</sup> Briffault, citado por Evelyn Reed (2008), afirmara que o princípio patriarcal é “a lei pela qual o homem transfere a propriedade a seu filho, (...) uma inovação dos patrícios, ou seja, dos partidários da ordem patriarcal, dos ricos, dos proprietários” (p. 41).

Indicamos a opressão da mulher como parte da lógica da propriedade privada, uma forma de opressão central à reprodução das relações sociais de classe. Enquanto as relações de trabalho se mantêm com a exploração de um ser humano por outro, as metamorfoses da opressão da mulher são variadas e não têm alcançado finitude. Nesse sentido, partimos da categoria trabalho para buscar compreender o que há de permanente e o que há de fenomênico no atual mundo do trabalho.

Assim, na primeira seção deste trabalho, intitulada *Trabalho e totalidade social*, fazemos uma discussão metodológica a fim de localizar a perspectiva teórica aqui adotada. Consideramos o debate clássico sobre a relação entre objetividade e ideologia para o fazer sociológico, e situamos as categorias fundamentais ao estudo de nosso objeto, primordialmente a categoria trabalho, a partir de textos de Marx (1974, 1996, 2009) e Lukács (1997, 2007). Estes nos oferecem uma consistente análise sobre o ser social e a relação entre produção e reprodução.

Nesse primeiro momento, fazemos referência ao conceito de *reprodução social* no tocante à reprodução do ser social enquanto um múltiplo sistema de interações, um complexo que tem por base a categoria trabalho – intercâmbio orgânico do ser humano com a natureza. A partir dele, desenvolve-se um processo de interações permanentes entre os complexos parciais (cada um dos complexos que compõem o conjunto das relações sociais) e entre o complexo total e suas partes. Aqui nos referimos ao momento predominante desses processos, a reprodução da totalidade (LUKÁCS, 1992). Compreender esse funcionamento é importante a fim de que possamos discutir quais as determinações das relações de trabalho para o funcionamento de uma formação social.

Na segunda seção, *Relações de classe e gênero*, fazemos uma reflexão diacrônica sobre produção e reprodução, buscando a reprodução específica ao cuidado coletivo, que implica uma determinada divisão social do trabalho (MARX & ENGELS, 2009; ENGELS, 1975; MARX, 2004; REED, 2008). Em seguida, partimos para uma apresentação sincrônica das relações de trabalho no capitalismo e em sua contemporaneidade, incluindo as especificidades dos modos de inserção/exclusão da força de trabalho feminina.

Consideramos o conceito de *divisão sociossexual do trabalho* (ANTUNES, 2007), por articular gênero e classe, acrescentando o sentido encontrado na sociologia

francesa, que conceitua essa divisão como um *systeme* (HIRATA, 2011, p. 40, grifo nosso), devido ao nível de indissociabilidade entre classe e gênero para o funcionamento das formações sociais contemporâneas.

Na terceira seção, por fim, tratamos da relação entre *Trabalho doméstico não remunerado e a produção do valor*. Questionamos o motivo de o capital não garantir a reprodução da força de trabalho, “tanto pela manutenção de um trabalho gratuito (por mais que mudanças tenham ocorrido) como pelo rebaixamento do salário feminino na produção direta” (MAGALHÃES, 2005, p. 36). E também por não liberar o tempo das mulheres, nem eliminar o problema tradicionalmente discutido na literatura feminista: duplas, triplas jornadas de trabalho, motivadas pela responsabilização exclusiva quanto ao âmbito doméstico, ainda considerado como “não trabalho”, como “atividade natural” de seu “ser feminino”, por não produzir valor mercantil.

Discutimos a relação entre o uso do tempo social feminino na reprodução familiar e o conceito de valor oriundo da economia política e seus derivativos, visto que estamos a tratar de como se forja socialmente a força de trabalho. Consideramo-la como uma mercadoria que tem vida, a qual tem sido mantida e repostada, em larga medida, por *uma forma de trabalho concreto – trabalho doméstico*. Marx, citado por Mészáros a partir de *O Capital*, fala numa duplicidade do processo de produção no capitalismo, que se orienta por um lado para a elaboração de um produto e, por outro, para a valorização de capital. Isso resulta no imperativo de que “tudo o que ficar de fora de tais parâmetros (...) deve ser considerado “inútil” (...)” (MÉSZÁROS, 2002, p. 621).

Nesse sentido, refletimos acerca da contradição entre trabalho produtivo e improdutivo para o capital e buscamos situar a discussão entre valor e reprodução do trabalhador, a partir da qual debatemos com a atual corrente da chamada “economia feminista” (CARRASCO, 2003).

Como afirma Löwy (2006), “(...) Para Marx (...) a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos”. Da opressão patriarcal observamos derivativos, como a homofobia, um fenômeno que parte do controle da sexualidade oriundo dos papéis impostos pelo estereótipo patriarcal masculino, e

fenômenos transversais, a exemplo das diversas formas de opressão contra caracteres étnicos, que modelam de modo diverso a opressão sofrida pelas mulheres negras, indígenas etc.

Assim, mesmo quando originadas em formações sociais passadas, opressões de várias ordens são readequadas pelo capitalismo, por vezes em formas inéditas de intensificação e “mascaramento”, as quais discutimos a partir dos sentidos sociais, econômicos e políticos da relação entre trabalho, patriarcado e capital.



## 1 TRABALHO E TOTALIDADE SOCIAL: CATEGORIAS-CHAVE PARA UM FAZER SOCIOLÓGICO

Consideramos como ponto de partida fundamental ao debate sobre o trabalho doméstico não remunerado, o esforço sociológico de desconstrução das interpretações que naturalizam as relações sociais, presentes no conhecimento imediato sobre o mundo – o chamado senso comum –, o qual é forjado em importante medida pelos lugares sociais que estruturam as sociabilidades. Nas sociedades divididas em classes, como a nossa, as perspectivas de naturalização de práticas sociais colaboram para a manutenção de desigualdades, na medida em que impõem visões parciais sobre os fenômenos, desconectando seus nexos causais.

O esforço sobre tal desconstrução exige um debate sobre pressupostos conceituais e o fazer sociológico enquanto tal. É patente que a forma como os dados do real são apreendidos e expostos depende decisivamente da teoria, a qual contém valores. A sociologia está carregada de valores, contudo isto não invalida seu enorme potencial dedutivo.

Nesse sentido, discutimos aqui as relações entre ciência social e ideologia, retomando pontos de vista clássicos acerca do alcance de objetividade sociológica. Apresentamos em seguida como as categorias trabalho e totalidade social podem ser sugeridas como categorias sociológicas chave.

Em *Ciência com Consciência*, Edgar Morin (2007) observa que não cabe idealizar uma ciência isenta de toda a ideologia e que comporte uma teoria 'verdadeira'. É preciso compreendê-la como um campo aberto onde as teorias se combatem, bem como seus respectivos princípios de explicação – as visões de mundo (2007, p. 24):

De fato, o conflito das ideologias, dos pressupostos metafísicos (conscientes ou não) é condição *sine qua non* da vitalidade da ciência. Aqui se opera uma necessária desmistificação: o cientista não é um homem superior, ou desinteressado em relação aos seus concidadãos; tem a mesma pequenez e a mesma propensão para o erro. (2007, p. 25)

Adita ainda Morin, quanto à questão dos dados de caráter objetivo, que o conhecimento científico “não é o reflexo das leis da natureza”, pois comporta um universo de paradigmas, ideias, teorias, provenientes dos “espíritos humanos no seio de uma cultura *hic et nunc*”. Portanto, é necessário que toda a ciência interrogue suas próprias estruturas ideológicas e seu enraizamento sociocultural” (2007, p. 25).

A ciência clássica excluía o “observador da observação”, como afirma Morin. Em sociologia, o investigador deve sempre se perguntar “como conceber uma sociedade de que faz parte”. Isso é uma exigência do progresso do conhecimento científico em si mesmo (2007, p. 29), porquanto alcançou um momento digno de investigar seu próprio passado, de forma autocrítica e autorreflexiva.

O conhecimento não é uma coisa pura, “independente de seus instrumentos e não só de suas ferramentas materiais, mas também de seus instrumentos mentais que são os conceitos (...)” (2007, p. 43). Existe um trânsito entre empirismo e racionalismo, imaginação e verificação, ceticismo e certeza. Afora isso, lembra que há ainda a mediação das aplicações sociais, pelo Estado e pelas empresas, os financiamentos (2007, p. 61).

A relação entre o fundamento epistêmico do discurso sociológico e sua intervenção prática (em uso) constitui o problema mais tenso do discurso sociológico e está no núcleo de suas reestruturações e crises. A separação fato-valor é o que permite o uso ideológico da ciência, porque reduz a racionalidade do sistema social à manipulação instrumental própria do sistema moderno de dominação. A sociologia não é valorativamente neutra, porém tampouco é mera ideologia. As condições de sua produção são diferentes das formas de produção ideológica (SABIDO, 2004, p. 16; 24).

Quando observamos a pressuposição metodológica durkheimiana de homogeneidade epistemológica entre as ciências naturais e sociais, da qual resulta sua conhecida defesa de que o sociólogo deve se debruçar sobre os fenômenos sociais tal como físicos, químicos ou biólogos (DURKHEIM, 2004), depreendemos que mesmo nessas ciências, pré-noções/avaliações podem levar a erro, e, do ponto de vista da finalidade da pesquisa, demandas sociais podem estar em jogo, as quais podem corresponder a interesses particulares externos às causas científicas.

Para Bourdieu (1989), Durkheim faz parte de uma tradição idealista (kantiana), embora pretendesse “dar uma resposta 'positiva' e 'empírica' ao problema do conhecimento, evitando a alternativa do apriorismo e do empirismo” (idem, p. 8)<sup>4</sup>. Funda uma “sociologia das formas simbólicas” com o mérito de retirar o caráter “transcendental” dado às formas de classificação até aquele momento, incorporando um caráter social a estas.<sup>5</sup>

Para evitar a transformação da ideia em conceito e/ou da pré-noção em fato, Durkheim partirá da seguinte discussão: todo objeto da ciência é uma “coisa”. Trata-se daquilo que “não é naturalmente apreendido pela inteligência” (2004, p. 16); que, do ponto de vista da verificabilidade, é desconhecido; que precisa de tratamento científico para ser efetivamente conhecido. Nesse sentido, trata-se de questionar a ideia comum da conceituação, convencionada sobre o objeto de estudo. Contudo, o que percebemos em Durkheim é que sua postura ideológica diante do social fará com que sua busca por objetividade se dê de tal forma que o levará às consequências que tanto criticou.

A questão que desejamos levantar é a de que não podemos nos livrar de nossa visão de mundo enquanto se cumpre o papel de cientista, pois nós, tanto quanto nosso objeto de estudo, somos resultantes de processos histórico-sociais. Cabe questionar nossa própria visão de mundo para identificá-la com clareza, e assim estabelecermos com alguma segurança o caminho teórico-metodológico que julgarmos mais coerente, sendo possível admitir por fim as próprias bases filosóficas de nossa perspectiva – que incluirá a busca mais clara possível do que é o ser social.

Em *Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais*, Lowy (1975) aponta que a ideia central de uma ciência positivista (ou com resquícios positivistas) ocorre justamente quando expressa a separação entre ciência e ideologia (1975, p. 9-10). O erro fundamental dessa perspectiva foi não compreender: (a) o caráter histórico dos fenômenos sociais; (b) a identidade parcial entre sujeito e objeto do conhecimento; (c) a relação entre os problemas sociais e as concepções de classe; (d) as consequências do conhecimento sobre a luta de classes (1975, p. 15).

---

<sup>4</sup> Sobre o debate durkheimiano contra o apriorismo e o empirismo, ver *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, 1996.

<sup>5</sup> Isso indica para Bourdieu o avanço do conceito de consciência coletiva em Durkheim, na medida em que se define “pela concordância das subjetividades estruturantes (senso = consenso)”, reflexão partícipe de sua tese acerca do 'poder simbólico'.

Desse modo,

(...) as ideologias (no sentido amplo de sistemas coerentes de ideias e de valores) das classes sociais modelam de maneira decisiva (direta ou indireta, consciente ou inconsciente) as ciências sociais, colocando assim o problema de sua objetividade em termos totalmente distintos das ciências da natureza. (LOWY, 1975, p. 15)

Ou em texto mais recente, de Grüner (2006):

(...) não há leitura inocente, isto é, toda interpretação do mundo, toda forma de conhecimento do real está inevitavelmente situada pelo posicionamento de classe, a perspectiva político-ideológica, os interesses materiais, os condicionamentos culturais ou a subjetividade (consciente ou inconsciente) do “intérprete”. (2006, p. 101)

O problema do conhecimento precisa ser estudado com base na relação dialética entre realidade e subjetividade, tomando todas as variáveis de análise que abarcam a totalidade social. Tendo em vista a hegemonia de formas de pensamento baseadas na visão imediata do mundo das mercadorias, a totalidade social aparece incompleta, justamente porque esconde o trabalho que lhe dá existência. De modo que a totalidade em Marx implica a restituição ao “todo” dessa “parte” que é imediatamente não visível (GRÜNER, 2006, p. 111-112).

É importante superar a leitura marxista vulgar de simples unidade entre teoria e prática na compreensão do que seria práxis: a ação é condição do conhecimento e vice-versa, os polos estão em reciprocidade. A práxis tratar-se-ia do movimento do próprio real. É o critério básico do “complexo” do conhecimento.

A questão fulcral que Marx procura solucionar não é outra: a relação entre a forma de emergência e a essência do ser social. E não são outros alicerces sobre os quais vê a instaurar-se a socialidade: a prática sócio-humana (a práxis), conjunto de objetivações teleológicas do ser genérico consciente que se constitui pelo trabalho. O giro rotundo que a sua angulação sofre decorre do procedimento imposto pela perspectivação ontológica explícita: ela deve apanhar a emergência da socialidade pela análise da organização da produção (o processo de trabalho) em seu conjunto, numa época histórica determinada – numa palavra, deve apreender o sistema social como totalidade (NETTO, 1981, p. 77).

À relação entre “a forma de emergência e a essência do ser social” corresponde o uso das categorias de totalidade, de contradição e de mediação, um caminho teórico-metodológico que diverge de pressuposições naturalizantes da história, tal como o são as perspectivas teleológico-evolucionistas. A categoria da totalidade, contudo, é aquela que consubstancia a concreção histórica na análise.

A totalidade denota a unidade constitutiva do ser social, entre subjetividade e objetividade. Tal unidade se dá por meio da práxis, da atividade sensível. Assim, um objeto, que é parte das relações sociais, não é cognoscível se desarticulado do todo, isto é, não se explica por si mesmo. Segundo Karel Kosik (2002), esse é o ponto culminante da filosofia moderna: a descoberta da práxis, da esfera do ser humano – produtor e produto da práxis, que contém em si mesma a própria verdade. Ela é a mediação entre espírito e matéria, teoria e ação; é a relação do homem com o mundo como totalidade.

O todo se cria a si mesmo na interação das partes. (...) No pensamento dialético o real é entendido (...) como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese. (KOSIK, 2002, p. 50-51)

Como assinala Kosik (2002), nos últimos decênios houve uma degeneração do conceito de totalidade: “tudo está em conexão com tudo, e o todo é mais do que a soma das partes” (2002, p. 41). Na verdade, a realidade em si é totalidade concreta que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos (2002, p. 44). Ou seja, ela responde primeiramente à pergunta sobre o que é a realidade, para depois constituir-se numa exigência metodológica.

Para Lukács (1981), “o ponto de partida do materialismo histórico-dialético está contido na célebre assertiva marxiana de que “não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, inversamente, é seu ser social que determina a consciência”. Daqui parte a perspectiva ontológica de objetividade.

Segundo Chasin, a perspectiva ontológica tem como critério “a objetividade pela objetividade enquanto tal”; é a afirmação do ser, do existente diante de nós. Diferentemente da perspectiva gnosiológica vigente, em que o critério se refere ao saber, “a realidade passa a ser só importante na medida em que ela é uma geradora da possibilidade da subjetividade” (CHASIN, 1988, p. 3).

Isso não significa desprezo à subjetividade. Segundo Chasin, o ponto de partida do Marx “são os homens ativos dotados de consciência. Não há atividade humana sem consciência, sem subjetividade” (1988, p. 108). A subjetividade cumpre um papel sem o qual não seria possível a constituição do ser social. É a posição teleológica que diferencia o ser social do ser biológico, visto que ele planeja em sua cabeça antes de efetivar a objetivação.

Marx exige a compreensão da forma subjetiva da coisidade do mundo, pois “(...) a mundanidade humana é uma objetividade na forma da subjetividade. O real tem forma subjetiva (...)” (p. 103); “os objetos do mundo do homem são subjetividades objetivadas” (CHASIN, 1988, p. 110).

O ser social é, pois, unidade entre objetividade e subjetividade, mediada pela práxis, ou seja, na dialética marxiana a relação sujeito-objeto é de reciprocidade. Não obstante, o objeto é polo regente, no sentido de que a existência determina a consciência. A objetividade tem prioridade metodológica, é o critério de análise.

Priorizar a objetividade na análise do real significa apreendê-la a partir dela mesma, e não a partir de critérios subjetivos. Para compreendermos a realidade social devemos partir do objeto, não do sujeito – do indivíduo singular, das representações da realidade. Trata-se, pois, de afirmar o real enquanto tal e apreendê-lo a partir de sua processualidade histórica.

Em *A Ideologia Alemã* (2009), Marx (com Engels) escreve sobre qual seria seu ponto de partida para investigar as relações sociais:

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais (...). São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação (...) constatáveis de um modo puramente empírico. (2009, p. 23-24)

Nesse sentido, a concepção de história em Marx tem por base uma materialidade dialeticamente concebida, ao compreender os seres humanos enquanto sujeitos ativos desta: “a primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos”. A partir disso, constata-se a “organização corpórea” e a “relação por isso existente com o resto da natureza”, de modo a afirmar que “toda a historiografia tem de partir dessas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens” (2009, p. 24).

Marx distingue, pois, a lógica do social da lógica da natureza, do seguinte modo:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião – por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência (...) (2009, p. 24).

Assim, Marx busca o fundamento do modo de ser dos homens no ato da atividade vital básica de subsistência, *o trabalho*. Em suas palavras, não se trata de:

(...) um mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. (...) trata-se de um determinado **modo de vida** deles. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também **com** e **como** produzem [o modo como produzem]. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (2009, p. 24, grifos dos autores).

Em Marx a capacidade do sujeito de planejar e objetivar seu pensamento, lançando algo novo na composição da materialidade, resulta numa concepção de objetividade social desencadeada pela ação humana sobre o mundo.

A seguir, descreveremos a partir de Marx o detalhamento analítico da categoria trabalho:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (...). (MARX, 1996, p. 297)

O trabalho comporta as determinações que constituem a essência de tudo o que é novo no ser social, tendo por princípio a transformação de posições teleológicas (momento ideal) em uma nova objetividade, podendo ser considerado

como protoforma do ser social. Atividade que modifica o mundo e a si mesmo num constante pôr do novo, criando novas necessidades e possibilidades, complexificando a si próprio e a totalidade social. Atividade que funda o modelo da práxis, pois, como diz Marx:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence **exclusivamente ao homem**. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele **construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera**. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida **a vontade orientada a um fim**, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1996, p. 298, grifo nosso)

Assim, o sujeito humano se diferencia do animal essencialmente porque imprime no real aquilo que projetou idealmente, ou seja, “seu objetivo” (opus cit.). Esta é a “lei determinante do seu modo de agir” (LUKÁCS, 1997), e isto é desencadeado originariamente pelo ato do trabalho, que nas palavras de Marx (1996), tem como elementos simples de seu processo “a atividade orientada a um fim (...), seu objeto e seus meios” (p. 298). Ontologicamente diferente do que ocorre no ser orgânico, como esclarece Lukács (1997):

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa estabilização dos seres vivos na competição biológica com seu meio ambiente. O momento essencial da separação é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que já no início do processo existia “na representação do trabalhador”, isto é, no plano ideal. (LUKÁCS, 2007, p. 228-229)

Dessa forma, no ser social ocorre a constante produção do novo, que se dá por meio da relação dialética entre teleologia e causalidade, modelo de toda a práxis



social. O trabalho consiste, pois, em que o fim (satisfação de necessidades) é teleologicamente posto (projetado idealmente) e a cadeia causal que o realiza deve transformar-se em uma causalidade posta – através da busca de meios, de modo que o fim é objetivado, originando algo novo no real: no sujeito e na sociabilidade da qual é partícipe (LUKÁCS, 1997).

Assim, a teleologia é uma categoria posta. A causalidade, por sua vez, é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter ainda quando uma série causal tenha seu ponto de partida num ato de consciência. A causalidade pode operar como posta ou não posta: a causalidade posta – resultante da ação do ser social – incide sobre a causalidade natural – movimento natural das esferas orgânica e inorgânica –, resultando em algo novo no real, a desencadear também um processo de séries causais repleto de alternativas, que geram novas necessidades e novas possibilidades.

Como afirma Lukács (2007), “o trabalho é um ato de pôr consciente, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de finalidades e meios determinados” (p. 233). A finalidade torna-se realidade caso, na busca pelos meios, se consiga transformar a causalidade natural em causalidade posta. Para tanto, é preciso o conhecimento adequado da natureza.

Portanto, a atividade projetada, “teleologicamente direcionada, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito”, origina “o problema dos meios e dos fins, e com ele, o problema das escolhas” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 32). Nesse sentido, como assinalam Netto e Braz em *Economia política – Uma introdução crítica* (2007), o ato do trabalho implica: escolhas (avaliações diante das alternativas concretas); distinção e relação primária entre sujeito e objeto – que, segundo Lukács (1997), é a base para o modo de existência especificamente humano; conhecimento sobre a natureza e coordenação múltipla necessária ao sujeito – exigências postas pelos meios e fins.

Em suma, o ser social é atividade (conforme CHASIN, 1988; TONET, 2005). Constitui-se na história pela ação dos sujeitos humanos, que criam a sociabilidade através do salto ontológico permitido pelo trabalho. Os indivíduos concretos são, pois, resultado de sua própria atividade e não possuem nenhuma natureza prévia: ponto basilar do enorme contraste entre as clássicas perspectivas teórico-metodológicas das ciências sociais.

Remetendo-nos a Max Weber, a realidade empírica abrangeria aqueles e somente aqueles componentes da realidade que se tornam significativos para nós. É a comprovação desta significação que constitui a premissa para que algo se converta em objeto de análise (1991, p. 92). E é o olhar do pesquisador que escolherá um determinado aspecto da realidade para “torná-lo objeto”.

Destarte, para a objetividade nas ciências sociais, assevera Weber que

apenas nos interessa a constelação em que (...) [os] “fatores” (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural historicamente significativo para nós (...)

(...) sublinhar e ordenar os elementos do real matizados por esta relação [da realidade com as ideias de valor] sob o ponto de vista da sua significação cultural constitui perspectivas completamente diferentes da análise da realidade levada a cabo para conhecer as suas leis e as ordenar segundo conceitos gerais. (1991, p. 91)

Weber intenta a descrição exaustiva do mais ínfimo fragmento da realidade, buscando a significação cultural desse objeto para compreender a história, investigando sua causalidade e desenvolvimento por meio de suas conexões individuais. Esse é o objetivo de conhecer a história para Weber: a apreensão do sentido.

A dialética trata “da coisa em si”, considerando o sujeito do conhecimento enquanto ser coletivo:

O sujeito do conhecimento não é apenas a consciência individual isolada. Mais do que isso. A consciência individual isolada é de fato a consciência real, mas ela expressa um sujeito coletivo de conhecimento, que é o real responsável pela constituição da perspectiva que permite o conhecimento. Em última análise, os indivíduos reais consubstanciam esse conhecimento, mas eles consubstanciam em termos e na medida em que eles realizam uma condição de possibilidade objetiva que os ultrapassa. (...) É no interior do sujeito coletivo que as individualidades realizam a apreensão cognitiva objetiva concreta exata. (CHASIN, s/d, p. 2)

As classes sociais constituem os sujeitos coletivos da história, das sociedades divididas em classes sociais; portanto,

(...) é preciso diferenciar a classe como aquela que cria uma perspectiva do conhecimento, é a sua condição em si, isto é,

independentemente de sua consciência. A classe em si, no conhecimento, o contorno da classe, o espaço sócio/histórico que ela ocupa, pela sua raiz de produção e reprodução material, isto é, pela sua raiz econômica, ela tem um dado espaço, ela tem uma dada presença que demanda, independentemente de sua consciência, um desdobramento. Esse desdobramento a que ela alude, no plano do conhecimento, é ou não aproveitado pelas individualidades que da perspectiva dela se põem. (...) Quer dizer, a classe é o verdadeiro sujeito cultural, conseqüentemente, o verdadeiro sujeito cognitivo, mas quem realiza a cognição são as consciências individuais. (s/d, p. 2)

É nesse sentido que Lukács afirma que o ponto de vista metodológico da totalidade é um produto da história num duplo sentido: primeiro, com o nascimento do proletariado; e segundo, com a evolução do proletariado, a possibilidade formal torna-se possibilidade real (1981, p. 84).

Desse modo, “a questão se o pensamento humano alcança uma verdade concreta não é nenhuma questão teórica, mas uma questão prática” (MARX, citado por CHASIN, 1988, p. 115). Como assevera Chasin, essa passagem expressa que a verdade do pensamento é uma questão da objetividade e não da subjetividade (1988):

O saber depende do ser, pois que é o saber de um dado ser, e como o ser do homem é o ser de sua atividade, o seu saber é o saber de seu ser ativo. (...) O pensamento isolado da atividade é o pensamento isolado do homem ativo, é concebido como abstração. (1988, p. 117-118)

Assim, partir da precedência do ser sobre o conhecer possibilita desvelar a essência histórico-social do objeto, ultrapassando o aspecto fenomênico da realidade. De modo que o objeto deve ser compreendido em sua totalidade, que comporta a relação entre o singular e o universal e entre o fenômeno e a essência.

Para o marxismo, a categoria da totalidade é o eixo central para a concretude do conhecimento. Como afirma Chasin, “só é objetivo o conhecimento da totalidade”, “o conhecimento só é concreto quando referido ao todo” (CHASIN, s/d, p. 2). Para compreendermos corretamente a categoria da totalidade é importante ressaltar que o trabalho, em Marx, em seu sentido ontológico, produtor de valores de uso, é ato *fundante* do ser social, e não ato que o esgota; a partir do trabalho surgem outros

momentos específicos da atividade humana, de modo que a totalidade corresponde a um “complexo de complexos”, de acordo com Lukács (TONET, 2005, p. 66-67).

Segundo Chasin, o método histórico-dialético “é a pretensão de reproduzir na cabeça a totalidade do objeto inquirido” (CHASIN, s/d, p. 9). Para tanto, é preciso compreender a aparência do objeto pela sua relação com a essência, que é histórica, mutável, e que confere unidade e permanência ao múltiplo e fenomênico. Esta só pode ser apreendida identificando-se as articulações do objeto em sua totalidade.

Importante destacar que fenômeno e essência em Marx têm o mesmo patamar, o mesmo *quantum* de ser; a diferença é o grau de unidade e continuidade. Como anota Tonet (2005), com base em Lukács:

(...) ambos são o resultado de atos humanos singulares e ambos comungam da mesma natureza do ser. Quando, porém, se examina o processo na sua complexidade, vê-se que estes atos singulares dão origem a certos elementos que têm uma unidade e uma continuidade maiores e a outros elementos que se caracterizam por serem mais heterogêneos e mais intensamente mutáveis. É por isso que a essência é o elemento que expressa, em última análise, a unidade e a identidade do ser social e que, portanto, nos permite falar em gênero humano, em história humana como algo efetivamente existente e não como uma simples denominação formal. Por sua vez, o fenômeno é o elemento que expressa, de modo mais incisivo, a diversidade e a mutabilidade do mesmo ser. (p. 73-74)

Ou seja, aparência e essência são momentos do ser social de igual consistência ontológica (TONET, 2004, p. 193). É considerando a totalidade do objeto que se torna possível apreender corretamente a aparência e a essência. Não obstante, como assinala Lukács, a totalidade nunca é dada imediatamente ao pensamento (1981, p. 68). Como afirma Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (1974, p. 122)

O materialismo histórico-dialético reconhece, pois, que o conhecimento começa pelo exame do fenômeno. Conforme Chasin (s/d):

Parte-se do empírico. Mas, desde logo, compreendendo que o empírico é parte. Não é todo. Contudo, o real pode aparecer sob forma mistificada. Não mistificada pela consciência do outro. Mistificada pela própria realidade objetiva. (...). Eu tenho de partir do fenomênico (...). Mas eu tenho de cotejar esse fenomênico com a interioridade ontológica do objeto real e aí então fazer a crítica do fenomênico. Eu tenho que desmistificar o fenomênico. (p. 5)

Portanto, entre o empírico e o concreto há uma forte distinção. O empírico faz parte do concreto; este, por sua vez, é a totalidade do objeto, em sua integral lógica interna, comportando uma conjugação dialética entre fenômeno e essência.

Desse modo, o ser social é uma totalidade em processo, que, como afirma Chasin, é “matrizada pelas formas de produção e reprodução material da existência”, em que se podem estabelecer “recortes legítimos”, mantendo-os em sua integralidade, respeitando os delineamentos que se apresentam, possibilitando, assim, desvelar sua lógica interna, como seu fenomênico se conjuga com sua essência, como sua singularidade se relaciona com a universalidade – através da investigação de sua processualidade histórica, desnudando seus elementos e os nexos da sua integralidade.

Nesse sentido, tem-se a possibilidade de recortar determinado objeto para análise, mas sempre remetendo ao todo. É preciso considerar, pois, as três categorias da existência, “da consciência e da realidade”, quais sejam: a singularidade, a particularidade e a universalidade. Cada uma dessas categorias tem formas diferentes, e o pensamento não dialético elimina uma dessas formas da realidade, que diz respeito à retirada da mediação entre a singularidade indivíduo e a universalidade humanidade (CHASIN, s/d).

A mediação entre objetividade e subjetividade se dá na práxis social, que é determinada primariamente pela forma como os sujeitos estabelecem as relações no trabalho. Em nossa sociabilidade a classe é a particularidade preponderante, mediação entre sujeito e humanidade que determina a universalidade; no entanto, é comumente desconsiderada pelas teorias antidialéticas.

Em suma, a essência do ontométodo marxiano é apreender a lógica da particularidade, ou seja, apreender a processualidade das relações entre o singular

e o universal. Desse modo, se supera a oscilação entre micro e macro, presente nas ciências sociais (TONET, 2004, p. 196).

O recorte do real tem de ser legítimo do ponto de vista do real, algo possível “na medida em que a consciência for uma consciência *post-festum*” (CHASIN, 1988, p. 92). Como afirma Chasin, na perspectiva marxiana, “seguindo Hegel, a filosofia é o fazer do anoitecer, depois que a coisa se deu é que ela aparece (...)” (1988, p. 92). Ou seja, parte-se do historicamente dado. E partir do historicamente dado, em Marx, significa ter critério de verdade inelutavelmente objetivo, meio de se garantir a apreensão da totalidade, a qual requer um rigor histórico.

Marx buscou manter suas pesquisas fundamentadas na defesa da distinção ontológica entre o social e o natural, a partir do que a reflexão filosófica acerca do trabalho lhe apontara: o ser social é atividade. Importante lembrar que Marx não se propôs a ser um teórico da sociologia, sua obra não cabe na definição de uma disciplina específica, haja vista sua necessidade de transitar com relevante amplitude por vários campos da teoria social.

Durkheim, por seu lado, tentou aplicar à sociologia o que considerava a mais “elevada” noção de ciência de sua época. E, mesmo preocupando-se em garantir a objetividade de uma ciência da sociedade, cometeu graves equívocos em seus pressupostos. Weber, por seu turno, criticou o positivismo, insistindo no papel ativo do sujeito, através da centralidade da ação social para a sociologia, a qual não estaria isenta de valores. A objetividade segundo esse clássico, não pode confundir-se com ideologia, prezando pelo comprovável. Observamos, não obstante, que este “comprovável”, ao remeter-se prioritariamente ao “sentido”/“significado cultural” do objeto, opera um corte epistemológico que prescinde de critérios fundamentados na objetividade posta pela própria ação, incorrendo no risco de uma pluralidade subjetiva de “pontos de vista” sobre “o recorte”. Isso, a nosso ver, sustenta a busca de Weber por um afastamento “parcial” dos valores, pois a ciência não poderia servir para emitir algum juízo de valor (SAINT-PIERRE, 2004, p. 29-30).

A busca pela objetividade na análise do social é o que nos impele a concluir que é imprescindível, em sociologia, contextualizar os objetos, bem como os próprios cientistas, em seus respectivos lugares sócio-históricos e culturais – não fugindo à noção de que a falibilidade é um elemento inseparável da ciência. Dever-

se-á compreendê-la como produtora de certezas e de incertezas, num movimento que a faça alimentar-se incessantemente do próprio real.

## 2 RELAÇÕES DE CLASSE E GÊNERO

Na presente seção, apresentamos antecedentes históricos importantes à desnaturalização do estereótipo feminino atual, o que nos leva à reflexão sobre as atribuições sociais da 'mulher moderna' e suas ambiguidades – termo costumeiramente associado a “mulher liberta”, “autônoma”, “emancipada”, mas também responsabilizada socialmente pelo cuidado com o lar e a família.

Discutimos antecedentes históricos sobre a divisão social do trabalho e o advento da divisão sociossexual do trabalho tal como está colocada na contemporaneidade. Para tanto, apresentamos as atuais condições das relações de produção, particularmente as características do capitalismo a partir da reestruturação produtiva ocorrida em 1970. Assim, contextualizamos a participação da mão de obra feminina no trabalho de mercado, discutindo suas contradições, as quais se conectam às relações de manutenção do trabalho doméstico não remunerado, a ser discutido na seção seguinte.

### 2.1 Começando pela produção: a unidade com a reprodução e a historicidade da divisão social do trabalho

Em *A Ideologia Alemã* (2009), Marx e Engels afirmam que o primeiro ato histórico é a *produção da própria vida material*, aquelas relações que se configuram com a finalidade de manter os seres humanos vivos, realizadas *dia a dia, hora a hora*; as quais, por sua vez, produzem novas necessidades na própria ação de sua satisfação (desde a forma como se produz ou na criação ou inovação de um instrumento). *A terceira relação*, como escrevem Marx e Engels, que *logo desde o início entra no desenvolvimento histórico* é a renovação da própria vida através da formação da família.

(...) essas três facetas da atividade social não devem ser entendidas como três fases diferentes, mas apenas como três **facetas**, ou (...)



três “momentos” que, desde o começo da história e desde os primeiros homens, **existiram simultaneamente** (...) (2009, p. 42, grifo nosso).

Em *Introdução ao estudo do método de Marx*, José Paulo Netto (2011) discute o sentido metodológico de “começar pela produção”, afirmando que “o estudo das categorias deve conjugar a análise **diacrônica** (da gênese e desenvolvimento) com a análise **sincrônica** (sua estrutura e função na organização atual)” (NETTO, 2011, p. 49, grifo nosso).

Considerar que a sociabilidade resulta *elementarmente* do trabalho deriva de uma concepção do papel do sujeito na história enquanto *essencialmente* ativo, o que implica considerá-lo necessariamente como ser dotado de capacidade cognitiva e cultural para exercer suas escolhas.

Começar pela produção da própria vida material é o ponto de vista da unidade entre produção e reprodução. A reprodução social é um momento da produção material. Quando falamos em trabalho enquanto fundante do ser social, falamos da atividade vital básica que sustentará o momento da reprodução não apenas no tocante à confecção de bens, mas também do ponto de vista histórico. Entre as primeiras comunidades humanas, a forma dessa atividade vital básica se dava no mesmo espaço e tempo em que aconteciam os demais momentos das relações de reprodução social.

A maneira como os indivíduos estabelecem o intercâmbio com a natureza implicará determinada forma de relação entre eles. Logo, a relação entre homem e mulher é condicionada pelo modo como a sociabilidade produz a existência.

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx afirma:

A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem é a relação do homem com a mulher. Nesta relação genérica natural, a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação natural. (2004, p. 104)

Sendo *a relação do homem com a natureza imediatamente a sua relação com o homem*, resulta que as relações de gênero se processam a partir do interior do modo de produção de cada sociabilidade. Ou seja, as relações estabelecidas no âmbito da produção da existência, do intercâmbio com a natureza, fundam e

condicionam as relações entre os indivíduos, portanto, também entre homem e mulher. A relação entre os indivíduos, logo, entre homem e mulher, é determinada materialmente de forma histórico-social, “condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção” (MARX; ENGELS, 2009, p. 42).

Na família primitiva, a propriedade era da gens, coletiva, e a terra pertencia a todos da tribo. A economia doméstica era feita em comum por uma série de famílias. As limitações histórico-sociais sobrepujavam a condição biológica da gestação e do aleitamento, condicionando que a mulher predominasse no meio “doméstico”. Contudo, dada a unidade entre espaço de produção e reprodução, os dois gêneros regulavam, sem assimetria social, a divisão do conjunto das atividades.

De acordo com a antropóloga Evelyn Reed (2008):

(...) durante um período em que os homens se ocupavam exclusivamente da caça e da guerra, as mulheres desenvolveram a maior parte dos instrumentos, dos conhecimentos e técnicas que estavam na base do progresso social. Da colheita espontânea de frutos, passaram à horticultura rudimentar e depois à agricultura. Entre a grande variedade de artes que praticavam, incluem-se a cerâmica, a curtição de peles, a tecelagem, a construção de habitações etc. Foram as mulheres que desenvolveram os rudimentos da botânica, da química, da medicina e outros conhecimentos científicos. Assim, foram não só as primeiras trabalhadoras industriais e as primeiras agricultoras, mas desenvolveram também a sua mente e inteligência graças à variedade de trabalhos que tinham, convertendo-se nas primeiras educadoras ao transmitir seus conhecimentos e sua herança cultural a novas gerações de produtores. (REED, 2008, p. 33)

Essa divisão social do trabalho não implicava hierarquia, nem estava predeterminada de modo rígido pelas contingências biológicas do sexo, e sim pelos cuidados necessários à sobrevivência das comunidades. As contradições sociais não resultavam em antagonismo, não havia uma divisão social do trabalho baseada na exploração – nem havia condições históricas para tanto.

Importante a seguinte passagem como dado antropológico para o esforço de reflexão sobre a história:

(...) cozinhar não deve ser entendido como nós o entendemos na família moderna. Cozinhar era somente uma das técnicas que as mulheres adquiriram como resultado do descobrimento e uso do fogo e da capacidade de utilizar o calor. Todos os animais da natureza temem o fogo e se afastam dele. E, sem dúvida, o descobrimento do

fogo tem pelo menos meio milhão de anos, inclusive antes de a humanidade ter alcançado um nível completamente humano. (...) foi a mulher quem desenvolveu as primeiras formas de indústria e, ao mesmo tempo, quem descobriu o uso do fogo como instrumento de seu trabalho. (REED, 2008, p. 33)

A simbologia invocada por essa passagem relaciona uma atividade provavelmente hegemônica pelas mulheres, porém dessa vez ligada a não apenas uma ausência de opressão, mas à desconstrução do mito da inferioridade do gênero feminino, dado que lhe confere uma imensurável importância social nos momentos primordiais do desenvolvimento humano. Muito além de transformar a imagem que carregamos das figuras dos tradicionais livros escolares de história, nos orienta a relacionar profundamente a *forma* e a *divisão do trabalho* com *poder social*.

Segundo Engels (1975), a primeira opressão de classe coincide com a opressão da mulher na família monogâmica. A monogamia se caracteriza desde o início pela especificidade de ser “monogamia **só para a mulher**, e não para o homem” (ENGELS, 1975, p. 67, grifo do autor). É que “nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro” (ENGELS, 1975, p. 82). A própria origem da palavra família (*famulus*) significa, segundo Engels, “escravo doméstico”. Nesse sentido, a discussão geral de Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* diz respeito à compreensão de que a exploração do trabalho fundou a opressão de gênero<sup>6</sup>. Historicamente, isso significa que com o advento da propriedade privada surge a relação dominante/dominado entre os gêneros, no lastro da divisão social do trabalho, que constituirá uma *divisão sócio-sexual do trabalho*.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels anotam que:

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas

---

<sup>6</sup> Às vezes críticas são feitas a Engels por passagens desse livro serem ambíguas quanto à relação entre modernidade e autonomia/liberdade feminina. Em boa medida, devido à ausência de questionamento de afirmações evolucionistas de Morgan, deixando em aberto certo condicionamento da igualdade entre os sexos ao avanço da participação feminina no processo de industrialização moderna.

umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a **distribuição**, e, com efeito, a distribuição **desigual**, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos. Ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade, que aqui, aliás, já corresponde perfeitamente à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros. Além disso, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia, em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade. (1993, p. 46, grifos dos autores)

Desse modo, a divisão do trabalho advinda da exploração relega a mulher ao confinamento doméstico, sob a opressão masculina. A subjugação feminina é, pois, um processo histórico-social fundado pela sociedade de classes. De acordo com Netto e Braz, no limiar da humanidade, sob o regime social da comunidade primitiva,

imperavam a igualdade resultante da carência generalizada e a distribuição praticamente equitativa do pouco que se produzia, a diferença social era mínima: não mais que uma repartição de atividades entre homens (caçadores) e mulheres (que coletavam e preparavam os alimentos). (2007, p. 56)

A divisão social do trabalho não implicava hierarquização entre os gêneros, isto é, o modo como se produzia a vida, através da propriedade coletiva e sem exploração do trabalho, proporcionava uma reprodução da vida orientada pelas necessidades humanas, sem nenhuma diferenciação social antagônica. De modo que

havia [o] predomínio da mulher na casa; tal como o reconhecimento exclusivo de uma mãe própria, na impossibilidade de conhecer o verdadeiro pai; significa alto apreço pelas mulheres, isto é, pelas mães. Uma das idéias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até parte da superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada. (ENGELS, 1975, p. 50-51)

Enquanto aquele predomínio da mulher na casa não implicava hierarquia, por ser uma necessidade histórico-social da sociabilidade da comunidade primitiva, a partir da constituição da propriedade privada, a divisão social do trabalho tem como essência a exploração/opressão, e sua necessidade social corresponderá às novas necessidades sociais da produção/reprodução da existência humana.

A intensificação do desenvolvimento da domesticação de animais e o surgimento da agricultura possibilitaram a abertura de mananciais de riqueza até então desconhecidos, criando relações sociais inteiramente novas. Esse processo se consolidou entre 5.500 e 2.000 antes de Cristo (NETTO; BRAZ, 2007). A partir desse momento, o que determina a produção é o excedente econômico, com a criação de gado, elaboração dos metais, arte do tecido e, por fim, a agricultura. Com isso, a família passa a ser insuficiente, pois eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação, podendo “ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra, que (...) poderia multiplicar-se tal como o gado” (ENGELS, 1975, p. 58). Inicia-se o processo de construção de formas de trabalho pela apropriação privada.

No processo de consolidação da propriedade privada, ocorre simultaneamente a diminuição da estrutura familiar. De modo que o casamento por grupos da comunidade primitiva dá lugar ao casamento sindiásmico. Neste, um homem vive com uma mulher, a infidelidade é direito dos homens (o adultério feminino é duramente punido), mas seus laços conjugais são facilmente abolidos, e os filhos pertencem à mãe, antes e depois do casamento (MARX; ENGELS; LENIN, 1981, p. 11-12). Por outro lado, o matrimônio sindiásmico introduz o posto do verdadeiro pai (ENGELS, 1975), abrindo caminho para a propriedade privada abolir o direito materno e instaurar o direito paterno.

Como na comunidade primitiva os instrumentos de trabalho pessoais pertenciam aos indivíduos que executavam as diferentes tarefas (não havia herança pessoal, e os bens de cada falecido pertenciam à coletividade), ao homem pertencia o gado, e depois, o escravo. Já a mulher conservava os utensílios domésticos, por conta da divisão social do trabalho correspondente àquele modo de produção.

À medida que as riquezas aumentavam, a posição do homem era mais importante que a da mulher na família, devido à mudança nos próprios valores sociais. Isto faz nascer nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar a ordem da herança estabelecida em proveito dos seus filhos, de modo que o direito materno foi abolido e a herança da mulher passou a ser controlada exclusivamente pelo poder masculino (ENGELS, 1975, p. 61).

Assim, a forma intermediária da família patriarcal tinha como característica a organização e composição de sujeitos livres e não livres submetida ao poder paterno de seu chefe. Segundo Engels, a família romana é exemplo perfeito desse

momento. A forma intermediária da família patriarcal marca a passagem da sindiásmica para a monogâmica, a fim de assegurar a fidelidade da mulher, visando garantir a paternidade dos filhos (por isso o direito de vida e morte do homem sobre a mulher).

A família monogâmica surge, pois, com o predomínio do homem e a paternidade indiscutível, isto é, tendo por finalidade a procriação com a garantia da identificação da paternidade. Diferencia-se da sindiásmica pela solidez muito maior dos laços conjugais; só o homem pode rompê-los e tem direito à infidelidade conjugal, ao menos por costume.

Assim, como afirma Engels:

A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos; como último capítulo, não fica senão o casal, unido por vínculos ainda frágeis – essa molécula com cuja dissociação acaba o matrimônio em geral. Isso prova quão pouco tem a ver a origem da monogamia **[feminina]** com o amor sexual individual, na atual acepção da palavra (1975, p. 49, observação nossa entre colchetes).

A origem da monogamia feminina caracteriza-se, assim, precisamente pela escravização de um gênero por outro, da mulher pelo homem. Resultante do surgimento da apropriação privada dos meios de produção, que se dá como propriedade masculina, mediante a instituição do direito paterno sob a forma do sistema patriarcal.

A família, em suas várias formas históricas, deve ser compreendida como parte da produção da vida material, como um momento da reprodução social desenvolvida no bojo do processo de produção. Quando se constitui o modo de produção baseado na exploração, põe-se na história a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, que fundamentará a subordinação da reprodução à produção norteadas pelo acúmulo de riqueza. Tais questões são decisivas para a constituição ideológica dos gêneros, seus estereótipos e papéis sociais.

## 2.2 Capitalismo: a unidade contraditória entre trabalho concreto e abstrato em seus atuais mecanismos de intensificação

O capital é uma forma historicamente específica de produção e reprodução da existência humana. Afirma Ellen Wood (2006):

Toda sociedade é moldada pela forma como organiza a produção e a distribuição das necessidades básicas da vida. O capitalismo é um sistema no qual praticamente todos os bens e serviços são produzidos para e obtidos através do mercado. Outras sociedades tiveram mercados, mas somente no capitalismo a dependência do mercado é uma condição fundamental da vida. Este modo de organizar a vida material tem uma história relativamente curta, tendo emergido no campo inglês no século XVI ou XVII, embora a palavra “capitalismo” só tenha aparecido muito mais tarde; o sistema só se tornou industrialmente maduro no século XIX (2006, p. 38).

Nesse sentido, tratamos como indispensável ao ser social a categoria trabalho considerada ontologicamente, e não a partir de suas mutáveis formas de relação já apresentadas pela história. Fugimos às confusões e equívocos entre os conceitos datados e aqueles que categorizam genericamente a sociabilidade.<sup>7</sup>

Uma série de conceituações em torno do “mundo do trabalho” por vezes universaliza momentos de um processo social determinado, com endereço preciso na história. Pensemos um pouco a respeito do conceito de força de trabalho, por exemplo. Referenciado na obra de Marx, podemos afirmar que este fora elaborado correspondendo especificamente à forma como a relação capital transforma historicamente o emprego de energia humana para a produção de bens, forma esta que reduz o complexo da atividade humana vital ao momento da exteriorização temporária orientada à produção da mercadoria. Ou seja, o termo força destaca a capacidade de produção, que no capital é condição *sine qua non* à extração de mais-valia, reduzindo o processo de trabalho concreto a um momento específico que é o da exteriorização do produto.

---

<sup>7</sup> Esse é um dos debates nodais em sociologia do trabalho. Para contato com o debate crítico referencial, ver: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Editora da UNICAMP, 1997.

A mercadoria numa relação de troca é, por sua vez, a forma capitalista de expressão do tempo de trabalho socialmente necessário. É a redução do trabalho à produção de um valor projetado e objetivado para a troca, sob a lógica de acumulação do valor, mediante uma divisão social hierárquica do trabalho.

Desse modo, o ideário comum em torno do que vem a ser trabalho reduz toda a sua potencialidade à forma da lógica produtora para as necessidades do capital. A forma “trabalho assalariado” não pode subsumir a dimensão ontológica do que vem a ser trabalho para o ser social – independentemente de sua forma histórica – e, por outro lado, às formas outras de trabalho contemporâneas ao “trabalho assalariado” enquanto tal.

É necessário conceituar os valores de uso oriundos do trabalho, um dado básico de qualquer sistema econômico, produto do “trabalho concreto”. O valor de troca, contudo, é um dado pertencente a sistemas econômicos historicamente situados. No capitalismo, a produção do valor de troca orienta a produção do valor de uso, caracterizando o “trabalho abstrato”, em que “a produção não é determinada pelas necessidades da sociedade, mas por aquilo que proporciona mais lucro” (WOOD, p. 40, 2006).

Marx (2004), no *Capítulo VI – Inédito*, afirma: “a função verdadeira, função específica do capital é, pois, a produção de valor excedentário, e esta (...) não é mais que a apropriação de sobretrabalho, apropriação (...) de trabalho não pago, que se apresenta à vista e se objetiva como mais-valia” (2004, p. 42). No capitalismo, o trabalho aparece como produtor de valores de troca. O trabalho como fonte primária do valor (riqueza social) desaparece como constituinte do ser social.

Nas palavras de Marx:

Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho. (1974, p. 148)

Valor de uso se refere ao conteúdo material da riqueza. Propriedade conferida em sua utilidade. No capitalismo, tem-se também o valor de troca, que comporta o modo de expressão quantitativo de um conteúdo dele distinguível, o qual se dá através do *trabalho abstrato*, produtor de mercadorias.



Na relação de troca, o valor de uso da mercadoria aparece como algo independente. Adquire um valor comum a qualquer outro produto a partir de uma determinada quantidade. A forma como foi produzido desaparece (MARX, 1985, p. 47). Ou seja, desde a produção até chegar ao consumidor, a mercadoria aparece descolada de seu processo de produção, de seu valor de uso e da forma como foi despendida a força de trabalho para sua confecção, sendo reduzida a uma representação abstrata de suas propriedades.

De acordo com Marx, o ganho do capitalista se dá primeiro com a divisão do trabalho e, segundo, geralmente com o progresso que o trabalho humano imprime ao produto natural (2004, p. 45). Quanto mais se expande, pois, a divisão do trabalho, aumenta a possibilidade de uma quantidade maior de materiais ser posta em operação pelo mesmo número de pessoas, ao passo que se descobre um conjunto de novas máquinas para facilitar e encurtar as tarefas (MARX, 2004, p. 58, citando Smith).

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista implicou sempre uma crescente divisão social do trabalho própria da produção mercantil. Tal divisão ultrapassa as unidades produtivas e estabelece uma divisão internacional do trabalho, consubstanciada pelo mercado mundial, a partir do qual os países entram numa relação concorrencial.

De acordo com Marx e Engels:

A partir da manufatura, as diversas nações entraram numa relação de concorrência, empenhando-se em lutas comerciais por meio de guerras, direitos alfandegários protecionistas e proibições, ao passo que, antes, as nações, quando em contato, mantinham entre si trocas inofensivas. O comércio, a partir de então, tem significação política. (1993, p. 88)

Em meados do século XVII e fins do século XVIII,

O comércio e a navegação tinham se desenvolvido mais rapidamente do que a manufatura, que desempenhava papel secundário; as colônias começavam a se tornar fortes consumidoras (...). Esse período começa com as leis sobre navegação e os monopólios coloniais. (...) A nação marítima mais poderosa, a Inglaterra, mantinha sua preponderância no plano comercial e na manufatura. Nota-se já aqui a concentração em um só país. (MARX; ENGELS, 2009, p. 90)

Nesse processo, os espaços nacionais especializam-se em determinados tipos de produção, algo desencadeado a partir do período das colonizações, momento em que “a luta comercial entre as nações recebeu novo alimento e, com isso, tornou-se mais extensa e encarniçada”, acelerando a acumulação de capital (MARX; ENGELS, 2009, p. 88).

A intensificação da exploração (aumento da taxa de mais-valia) pode se dar por meio do aumento da jornada de trabalho, do ritmo e das cadências, ao se introduzir inovações tecnológicas, colocar os salários abaixo do valor da força de trabalho etc. Faz parte da tendência própria do regime capitalista, que busca reduzir os custos da produção de mercadorias, visando auferir maiores níveis de lucratividade. Como afirma Marx,

A produção decorrente do valor da mais-valia tem implícita (...) a tendência constante a reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria, isto é, seu valor, a um limite inferior à média social vigente em cada momento. A tendência a reduzir o preço de custo a seu mínimo se converte na mais poderosa alavanca para a intensificação da força produtiva social do trabalho, que sob esse regime só aparece como intensificação constante da força produtiva do capital. (1982, p. 78)

As forças produtivas se referem sempre ao trabalho útil concreto. Elas determinam o grau de eficácia de uma atividade produtiva, num dado espaço de tempo. Qualquer que seja a mudança na força produtiva, o trabalho útil proporcionará, no mesmo espaço de tempo, a mesma grandeza de valor (dado que esta é uma abstração). Contudo, sua variação incide diretamente sobre a quantidade de valores de uso.

Nesse sentido, mesmo que a força produtiva determine um aumento da massa de valores de uso, encurtando o tempo de sua produção, diminuirá a grandeza do valor dessa massa aumentada. Em síntese, o que define o valor no capitalismo é a razão direta do *quantum* de trabalho e a razão inversa da força produtiva (MARX, 1985, p. 49). À crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo da grandeza de valor. E seu meio de mensuração é o tempo, o tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 1985, p. 48). Desse modo, se diminui o tempo de trabalho, ainda que aumente a massa de valores de uso, a grandeza do valor de troca diminui.

Por outro lado, a mercadoria comporta uma duplicidade: é objeto de uso, ao passo que comporta uma forma abstrata que as equipara, a forma dinheiro. Esse é o conteúdo da “forma relativa” do valor: sua existência se dá em igualdade de condições com outra mercadoria. Seu valor é plenamente social, provém da determinação da grandeza de valor estabelecida pelo tempo de trabalho. O valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor de troca. Esta é a primeira peculiaridade da forma equivalente das mercadorias. O tempo de trabalho é quantificado subsumindo seu valor de uso. Torna-se igual a qualquer outra mercadoria. A segunda peculiaridade se refere ao trabalho concreto converter-se em trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p. 59-61).

A forma valor da mercadoria só aparece como valor de troca. Este, por sua vez, expressa a antítese interna às mercadorias, qual seja: a antítese entre o valor de uso e o valor de troca.

O aumento da produtividade do trabalho acelera a acumulação, que aumenta o capital a ser investido, de modo que são produzidas mais mercadorias e aumenta a acumulação, e assim sucessivamente (NETTO; BRAZ, 2007).

Segundo Marx,

A acumulação do capital aumenta a divisão do trabalho, a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; inversamente, o número de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho, assim como a divisão do trabalho aumenta o número de capitais. Com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga –, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego de capitais e do capricho do rico. (...) (2004, p. 26).

Na expansão mundial, o capitalismo apresenta a dupla característica do desenvolvimento desigual e combinado, daí a hierarquização entre países (NETTO; BRAZ, 2007). O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo produz a dependência e exploração de uns países por outros, isto é, dos periféricos, “subdesenvolvidos”, pelos centrais, “desenvolvidos”; produz, na periferia do capital, as imbricações entre a adoção de técnicas modernas com relações sociais arcaicas.

Esses traços se aprofundam no imperialismo (gestado nas três últimas décadas do século XIX), que corresponde, em suma, ao período em que

predominam os monopólios, consequência do próprio movimento do capital, de constante concentração e centralização (NETTO; BRAZ, 2007):

(...) o objetivo da organização monopolista é duplo – obter lucros acima da média (lucros extraordinários monopolistas) e escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro. Para isso, entre outros procedimentos, é necessário um incremento da exploração dos trabalhadores; o monopólio realiza de fato esse incremento, mas encontra limites políticos para fazê-lo a seu bel-prazer. (...) (NETTO; BRAZ, 2007, p. 188)

É na “fase clássica” do imperialismo que se gestam as formas de organização do trabalho presentes no capitalismo contemporâneo. De acordo com Mandel, citado por Netto e Braz, a “fase clássica” do imperialismo vai de 1890 a 1940, a segunda, “os anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial à década de setenta, e o capitalismo contemporâneo, dos anos 1970 até a atualidade. A chamada “organização (ou gerência) científica do trabalho”, o taylorismo, difundiu-se a partir do imperialismo clássico, tornando-se modelo padrão na segunda fase do imperialismo, ao lado das adaptações de Henry Ford, gerando o taylorismo-fordismo.

Segundo Antunes,

(...) o fordismo [é] fundamentalmente (...) a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. (...) (1997, p. 17).

No entanto, na passagem dos anos sessenta para os anos setenta, mecanismos de reestruturação do capital são implementados, devido ao colapso do ordenamento financeiro e à alta dos preços do petróleo. Esses anos compõem um período de intensos enfrentamentos da luta de classes, no qual o movimento feminista de caráter anticapitalista teve importante destaque (NETTO; BRAZ, 2007).

O modelo “rígido” de organização do trabalho, de acumulação de capital, o taylorismo-fordismo, é substituído pela modalidade da “acumulação flexível”, que caracterizará a terceira fase do imperialismo: o capitalismo contemporâneo.

Segundo Harvey, citado por Antunes, a “acumulação flexível”

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (...) envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços' (...). (1997, p. 21)

A reestruturação produtiva mantém a produção em grande escala, mas com “novas maneiras”, como assinala Harvey. Destina-se a mercados específicos, “nichos” particulares de consumo. Lança-se a uma desterritorialização da produção, em que indústrias completas ou desmembradas são deslocadas para espaços territoriais onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (NETTO; BRAZ, 2007). Isto é uma novidade que acentua ainda mais o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

A característica fundamental da reestruturação produtiva, que se refere às constantes renovações técnico-científicas na produção, se combina à desterritorialização da produção, através da qual se busca, geralmente, força de trabalho com valores mais baixos. “Um exemplo eloqüente da desterritorialização é dado pelos monopólios japoneses, que 'exportaram' indústrias (inclusive para a China) em larga escala: se, em 1990, havia cerca de 3.500 unidades produtivas no Japão, em 2002 esse número havia caído para cerca de 1.000. Mas já em 1982, todas as empresas fabricantes de automóveis dos Estados Unidos tinham suas principais matrizes produtoras no México” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 216 – citam Valor Econômico, 2005; e Navarro, 1995).

Nesse sentido, a “acumulação flexível” traz mudanças diretas sobre a força de trabalho. Dentre elas, a questão da qualificação e da polivalência, do trabalhador coletivo e do gerenciamento do trabalho, através do “sindicalismo de empresa”. Tais mudanças sobre a força de trabalho têm grande relevo no toyotismo.

Como observa Antunes (1997), os traços constitutivos do toyotismo se resumem à produção voltada diretamente à demanda, ao contrário do que acontecia no taylorismo-fordismo, conduzido pela produção em série e de massa.

Para atender às exigências mais individualizadas de mercado, no melhor tempo e com melhor 'qualidade', é preciso que a produção ocorra num processo produtivo flexível, que permita a um operário operar com várias máquinas (em média cinco máquinas, na Toyota), rompendo-se com a relação um homem/uma máquina, que fundamenta o fordismo. É a chamada “polivalência” do trabalhador japonês (...). (ANTUNES, 1997, p. 26)

O toyotismo é uma forma de intensificação da exploração do trabalho, uma resposta à crise da acumulação taylorista-fordista. Recae, sobre a força de trabalho, mitos como o da “polivalência” (na verdade, desqualificação) e o da “flexibilidade” (na verdade, maior controle sobre o nível de produtividade). Estas se estruturam a partir da contratação do menor número possível de trabalhadores, aplicando-lhes a maior quantidade possível de horas extras (“um operário da Toyota trabalha aproximadamente 2.300 horas, em média, por ano, enquanto na Bélgica [em várias fábricas de automóveis] trabalha entre 1.550 e 1.650 horas por ano” – ANTUNES, 1997, p. 28).

Assim, há uma combinação, no conjunto dos trabalhadores, de uma parte extremamente “qualificada” (que em geral tem pouca segurança no emprego) e uma grande parcela de trabalhadores precarizados. Como assinalam Netto e Braz, “muitas atividades laborativas são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento” (2007, p. 217).

No Brasil, as empresas buscam a reestruturação produtiva a partir da década de 1980, com o uso de computadores, robôs, especialmente nas indústrias automobilísticas. Visam maior agilidade e rapidez no processo produtivo, para a “otimização do tempo de operação, circulação dos materiais e a diversidade da produção de mercadorias”, empregando, assim, o *just-in-time* no fluxo produtivo (sistema de gestão da circulação dos meios de produção – Franca, 2007, p. 75 – para o melhor aproveitamento possível do tempo de produção).

O sistema *just-in-time* teve grande importância na coesão e na condensação das atividades e do espaço de trabalho direto. Além de reduzir e, até mesmo, fazer desaparecer espaços de produção e de

capital imobilizados em fases que não representavam efetiva produção. É o caso dos estoques, numa ponta, e os pátios, na outra. Essa redução de setores produtivos do espaço da fábrica ocasionou também, direta e indiretamente, a redução do tempo de produção e do número de trabalhadores. (FRANCA, 2007, p. 38)

Combinam-se as tecnologias informacionais, o sistema de gestão *just-in-time* e o trabalho polivalente, que por sua vez necessita do trabalho em grupo para se efetivar.

O trabalho em grupo pressupõe uma certa adesão, sem a qual não haveria a própria solidariedade produtiva e, dessa forma, a continuidade do processo de trabalho no tempo e na qualidade exigida pela empresa. Logo, o trabalho em grupo gera o sentimento individual e coletivo de envolvimento e comprometimento no e com o trabalho. (FRANCA, 2007, p. 54)

Isso se inspira no modelo japonês de qualidade total, com as técnicas do *just-in-time* e *kanban* (técnica originada na gestão dos supermercados dos Estados Unidos, de reposição dos estoques após as vendas), segundo as quais o trabalho é organizado por células ou equipes. Nestas, “os trabalhadores são engajados na busca constante de qualidade, mobilizando-se para a manutenção e o controle das máquinas e para a solução de problemas” (NEVES, 2000). De tal modo, o controle do trabalho se intensifica de forma sutil. Nesse sentido, “o 'chicote' é colocado na mão do próprio trabalhador” (FRANCA, 2007).

É patente que os ônus de todas essas transformações implementadas pelo capital recaem sobre os ombros dos trabalhadores e têm como objetivo “reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 218). Os meios de maior extração de mais-valia se consubstanciam, em geral, na precarização do emprego, que inclui desregulamentação dos direitos (conquistas sociais em geral), redução dos salários, alta rotatividade e intensificação da hora extra. Ademais, essa “flexibilização” geral do emprego, que na verdade é intensificação da exploração do trabalho, acarreta crescimento do desemprego e intensifica o processo de precarização dos empregos, dados próprios da dinâmica expansiva e destrutiva do capital.

Segundo Dedeca (2004), “a flexibilização da jornada de trabalho expressa o principal retrocesso da regulação social sobre o capitalismo”, por permitir que a

reprodução social seja mais estreitamente sincronizada pelos ditames do mercado (p. 28).

No capitalismo contemporâneo se articulam a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal (NETTO; BRAZ, 2007); esta, por sua vez, cumpre, dentre outros, o papel de justificar a intensificação da ofensiva do capital sobre o trabalho.

O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens, e uma noção rasteira da liberdade (vista como liberdade de mercado). (NETTO; BRAZ, 2007, p. 226)

Tal visão de mundo propalada pela burguesia dificulta a articulação política dos trabalhadores contra os ataques às regulamentações conquistadas, aos direitos trabalhistas e sociais em geral. Processo este que arrola a privatização de complexos industriais e de serviços estruturais, a exemplo de distribuição de energia, saneamento básico, telecomunicações etc., além da privatização de direitos como educação e saúde, transformando-os em âmbitos lucrativos para o capital.

O Brasil foi o último país da América Latina a adotar tais políticas. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), isso se deveu, por um lado, a problemas de unidade dos diversos interesses das frações internas ao capital, e por outro, à intensificação da atividade política das classes trabalhadoras na década de 1980 (p. 177-178).

Assim, como acentuam Netto e Braz (2007),

(...) o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. (...) [a] estratégia do capital nos dias correntes (...) prioriza a supressão dos direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” (...). (p. 225-226)

Considerando a globalização que vivenciamos, asseveram Netto e Braz que o capital tende a impor uma desregulamentação universal, objetivando a dissolução de



quaisquer dispositivos que limitem o fluxo de mercadorias e de capitais (2007, p. 228).

Nesse conjunto de transformações, a divisão sociossexual do trabalho é intensificada de modo a potencializar as possibilidades de exploração oferecidas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Assim,

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade (...). (...) houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços: verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também (...) a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado” (...). (ANTUNES, 1997, p. 41)

Essa ofensiva do capital explicita três questões que aparecem como próprias do capitalismo contemporâneo, segundo Hobsbawm, citado por Netto e Braz: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e [...], dentro do mundo do rico, entre os seus ricos e os seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo (...)” (2007, p. 238). Acrescentaríamos a intensificação da subjugação feminina ao capital, nas suas mais diversas formações sociais, velada pelo mito da mulher moderna como sinônimo de mulher liberta.

A precarização e a “informalização” das relações de trabalho trouxeram de volta formas de exploração que pareciam próprias do passado (aumento das jornadas, trabalho infantil, salário diferenciado para homens e mulheres, trabalho semi-escravo ou escravo), e ao final do século XX, ao cabo de vinte anos de ofensiva do capital, a massa trabalhadora não padece apenas nas periferias – também nos países centrais a lei geral da acumulação capitalista mostra o seu efeito implacável. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 220-221)

Compreendemos que só é possível identificar a intensificação dessa superexploração observando o estatuto e o papel que cumpre a divisão sociossexual do trabalho. Como afirma Dedeca (2004), as modificações na gestão do tempo econômico ocorridas nos últimos 25 anos sujeitaram ainda mais as formas outras de tempo social, enfraquecendo sua regulação, algo que se expressa pelo esvaziamento “sistemático” das políticas sociais (p. 36).

A seguir, discutiremos como esse contexto de reestruturação produtiva e regime político neoliberal condiciona a dinâmica da força de trabalho feminina.

### **2.3 Mulher moderna: as condições da jornada socialmente reconhecida**

Como ressalta Antunes (1997), o capitalismo contemporâneo comporta a redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, e paralelamente, a ascensão de formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculadas à “economia informal”. Aos trabalhadores que se inserem nessas várias modalidades, impõe-se a precariedade do emprego e da remuneração. As mulheres formam contingente expressivo dessa força de trabalho. Trata-se de um “traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora” (ANTUNES, 1997, p. 44-45).

A partir da década de setenta constatou-se um significativo crescimento de incorporação da força de trabalho feminina em todo o mundo: “as mulheres representam mais de um terço da população economicamente ativa do mundo, e em cada 100 mulheres em idade de trabalhar, 46 participam daquele contingente” (OIT, 1979 – citado por Bulport, 1986).

Em *Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95)*, Bruschini (2000) mostra que durante os dez anos examinados, a força de trabalho feminina cresceu cerca de 12 milhões no Brasil, uma ampliação de 63%. Segundo a autora, isso representa uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde a década de setenta.

O contingente feminino é composto em sua maioria por mulheres mais velhas e casadas. Esse dado é muito importante, pois revela que se as “mães de família” precisaram lançar-se ao mercado de trabalho, é porque o salário do “chefe da família”, do tradicional “provedor da casa”, já não bastava para o sustento familiar. Indica, portanto, a conjuntura de crise iniciada nos anos setenta, bem como novas formas de relacionamento do grupo familiar.

Bruschini (2000) aponta razões que se agregam na produção desse contexto histórico, como transformações demográficas, culturais e sociais que afetaram as mulheres (bem como as famílias brasileiras), causando modificações no perfil da força de trabalho feminina. Parte significativa de tais modificações foi viabilizada pelo impacto do movimento feminista da década de setenta, que propiciou a atuação da mulher nos espaços públicos, contribuindo para que esse grupo se inclinasse cada vez mais para o trabalho produtivo. Assim,

A intensa queda de fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. (BRUCHINI, 2000, p. 16)

Em suma, o crescimento do trabalho das mulheres casadas e mães é fruto, por um lado, da pressão econômica, com o empobrecimento da classe média e ainda maior do proletariado, e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento. Por outro lado, é resultado de um processo de modernização e mudança cultural, e da expansão geral da escolaridade.

O crescimento da escolaridade feminina é amplamente verificável nos países centrais e naqueles que constituem a periferia do capital – resguardadas as devidas proporções de qualidade de vida, acesso a direitos etc. Entre os países centrais, a França é o que lidera a relação daqueles que no final da década de 1980 exibem os maiores níveis da taxa de escolaridade de mulheres entre 21 e 24 anos.

Esse processo de aumento da escolaridade feminina entre os franceses se resume nos seguintes dados: entre 1945 e 1995, a obtenção de um diploma igual ou superior ao *baccalauréat* (qualificação acadêmica que estudantes europeus obtêm ao final ensino secundário para ingressar na educação superior) na faixa dos 25-34 anos passou de 4% para 41% entre as mulheres e de 11% para 33% entre os homens (RICHARD, 2003, p. 65-67).

No que diz respeito à periferia do capital, vejamos a América Latina. De acordo com dados recentes, o nível médio de instrução das mulheres é superior ao dos homens no continente latino-americano. Elas possuem, em média, nove anos de instrução, enquanto os homens, oito. Isso se traduziu em uma significativa presença

feminina no grupo de profissionais e técnicos – mais de 50% nas zonas urbanas de muitos países, destacando-se Chile, Costa Rica, México e Venezuela (ABRAMO, 2000, p. 115). No final da década de 1980, a porcentagem de mulheres ocupadas com 13 e mais anos de estudo era superior à dos homens na maioria dos países, incluindo os do Mercosul; as diferenças variavam entre 1,2% (Paraguai) e 7,5% (Uruguai) (ABRAMO, 2000, p. 114-115 – citando VALDÉS & GOMÁRIZ, 1995).

No Brasil, segundo dados do IBGE e PNAD (1999), até a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo) há o mesmo número de estudantes por sexo, mas a partir do ensino médio (nove a 11 anos de estudo) as mulheres predominam. De modo que, em 1999, as mulheres representavam 58,5% dos concluintes do ensino médio, segundo o censo educacional do MEC/Inep (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, 331-332). Esse dado é constatado também nas décadas de setenta e oitenta. Em 1978, as mulheres compunham 53,3% do ensino médio (BARROSO, 1982, p. 67).

Segundo Bruschini e Lombardi, pressões sociais e econômicas provocam o ingresso mais precoce dos rapazes no mercado de trabalho, em atividades incompatíveis com a continuidade dos estudos. Segundo Rosemberg, “a cultura escolar vigente em sociedades patriarcais como a brasileira exigiria das meninas, e não dos meninos, atitudes de dedicação aos estudos, obediência e bom comportamento, favoráveis à permanência na escola e ao prosseguimento dos estudos”. Nesse sentido, “a sexualização das ocupações é um processo que se forma ainda nos bancos escolares, com efeitos perversos sobre a inserção feminina posterior no mercado de trabalho” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 332-335).

Em 1990, as mulheres eram 60% dos concluintes do nível superior; em 1997 compunham 61%. De um modo geral, já em 1999 representavam 54,2% entre os que têm nível de instrução mais elevado (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 331-333). Cabe observar a reprodução dos guetos femininos por área de conhecimento:

No ensino técnico e no profissional (...) as concluintes de 1999 predominam no ensino tecnológico da área de serviços, como turismo e saúde, e em cursos técnicos de imagem pessoal, artes e saúde, também na área de serviços. No ensino superior, os percentuais femininos mais elevados encontram-se nas áreas de linguística, letras e artes (83%), nas ciências humanas (82%), nas ciências biológicas (74%) e nas ciências da saúde (67,6%). Na década de 1990, essas duas últimas áreas tiveram aumento expressivo de participação feminina. (...) nas quais se deu o maior incremento de presença feminina. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, 333).

As taxas mais elevadas de atividade estão entre as mulheres com nível maior de instrução, segundo dados do IBGE citados por Bruschini e Lombardi (2003). Em 1981, quase 2/3 das mulheres ocupadas não apresentavam conclusão do ensino fundamental (na época, oito anos de estudo – atualmente corresponde a nove anos). Em 1997, tal percentual cai para menos da metade – um terço das mulheres empregadas terá pelo menos o segundo grau completo –, ao tempo que dobra o número de ocupadas com nível superior completo, de 4,6% para 8,3% (LAVINAS, 2003, p. 2). Já no começo da década (1993), de cada 100 mulheres com nível superior, 81 eram ativas (a atividade feminina era de 47%, mas a das mulheres com 15 anos ou mais de estudo era superior a 81%). No final da década de noventa, a atividade das que têm de 11 a 14 anos de instrução atinge cerca de 70% (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 335).

De acordo com Abramo (2000), em nenhum país latino-americano os rendimentos de homens e mulheres com o mesmo nível de escolaridade são equivalentes, e independentemente do nível de escolaridade que se considere, o salário dos homens é superior. Os dados mais atuais mostram que o aumento do nível de escolaridade feminina e a maior participação no mercado de trabalho traduziram-se num crescimento da presença de mulheres nas áreas profissionais e técnicas. Este dado revela que para se inserir no mercado de trabalho as mulheres precisam ter maiores níveis de escolaridade do que os homens, ou seja, as mulheres precisam estudar mais para conseguir se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, elas recebem salários inferiores, diferença que se agrava quanto maior é o nível de escolaridade.

Na diferença de rendimentos entre homens e mulheres, a porcentagem que se atribui à discriminação de gênero varia, segundo o país, entre 10% e 85%, e tende a ser superior a 50% nos países em desenvolvimento. (...) A desvantagem relativa dos rendimentos por hora das mulheres adultas em relação aos homens equivale a aproximadamente **quatro anos de educação formal** (ABRAMO, 2000, p. 116 – cita ARRIAGADA, 1997, grifo da autora).

No Brasil, como assinala Abramo, essa diferença é de sete anos (2000, 116 – cita Seade – Folha de São Paulo, abril de 1997). O rendimento relacionado com os anos de estudo reforça a evidência da discriminação salarial: na faixa dos 15

anos ou mais de estudo, 85% dos homens e apenas 67% das mulheres ganhavam mais de 5 salários mínimos em 1998 (BRSCHINI; LOMBARDI, 2003, p. 354).

Esse fenômeno expressa essencialmente a determinação do sistema produtivo. Na crise da década de 1970, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem função muito clara na lógica do capital, não sendo por acaso que as mudanças tecnológicas se veem comumente acompanhadas de maior utilização da força de trabalho mais vulnerável à intensificação da exploração.

Em 1980, 20% das mulheres no Japão trabalhavam em tempo parcial (HIRATA, citada por Antunes, 1997, p. 45); na Itália, cerca de um milhão de postos de trabalho na área de serviços foram ocupados por mulheres (STUPPINI citada por Antunes, 1997, p. 45); na França, 80% do volume de empregos em tempo parcial foram ocupados pela mão de obra feminina (BIHR, citado por Antunes, 1997, p. 46).

A transnacionalização do capital revela a noção de um valor da mão de obra feminina que limita as mulheres a funções específicas *a priori*: mão de obra barata, não qualificada e móvel (DOARÉ, 1986, p. 56): mão de obra móvel. Isto corresponde ao fato de as mulheres serem empregadas de acordo com as funções que lhes são atribuídas na família; mão de obra barata – as mulheres são consideradas como não possuidoras de encargos familiares econômicos, então, de acordo com esta concepção “apriorística”, devem contentar-se com baixos salários; e, além disso, mão de obra não qualificada – aproveitando-se da ideologia de desvalorização do trabalho feminino, o capital nega uma qualificação real às mulheres. Dados apresentados por Doaré, colhidos em uma só empresa, expressam a síntese aqui discutida: a operária e o aprendiz de eletricitista recebiam 143 pesos por dia; eletricitista, carpinteiro e motorista, entre 204 e 216 pesos por dia (1986, p. 57).

A literatura sociológica feminista vem acentuando desde a década de setenta a desigual repartição do trabalho entre homens e mulheres e a diferença entre salários. A forma como a mão de obra feminina é empregada destina as mulheres às funções desvalorizadas e menos bem remuneradas. Além disso, o fato de os ramos de atividade serem sexuados impõe limitações à exigência de direitos, prejudicando aqueles que ocupam as atividades mais precarizadas.

Na maior parte dos países europeus o salário mensal feminino representa menos de 70% do salário dos homens (SILVERA, 2003, p. 152). A exemplo da França, onde as mulheres estão mais qualificadas e no entanto ainda recebem 27%

a menos que os homens, isto é um fenômeno geral nas sociedades capitalistas contemporâneas. No Brasil, no documento da ONU Mulheres de 2011, relata-se que as mulheres têm salário 42% inferior ao masculino (2011, p. 77).

Em *Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero* (2000), Neves reforça a análise de que no processo de reestruturação produtiva, a mão de obra feminina é utilizada enquanto qualificada informalmente pelo trabalho doméstico. Nas palavras de Neves: “a qualificação atribuída às mulheres é definida pela educação informal, pela experiência nas tarefas domésticas, mas que não tem o reconhecimento no local de trabalho, sendo, assim, discriminada” (2000, p. 179). Desse modo, a relação entre tecnologia e trabalho feminino é definida em larga medida pelo conteúdo ideológico que discrimina as mulheres, refreando a competência técnica.

Em a *Divisão sexual e divisão internacional do trabalho: reflexões a partir das fábricas subcontradas de montagem (México — Haiti)*, Doaré (1986) afirma que, não obstante existam diferenças socioeconômicas e políticas entre o México e o Haiti, ambos favoreceram o acesso do capital internacional às suas respectivas populações, buscando a minimização dos custos e a maximização da exploração da mão de obra. Esta é primordialmente feminina.

As mulheres constituem cerca de 85% a 90% da mão-de-obra das fábricas de montagem, sobretudo no setor da eletrônica e do vestuário e concentram-se nas seções de produção, raramente tendo acesso aos cargos de chefia. (DOARÉ, 1986, p. 51).

Salários baixíssimos atrelados a uma política de rentabilidade máxima revelam a intensificação de extração de mais-valia, que no México apresenta taxas superiores às dos Estados Unidos e são muito próximas das do Haiti. No México adotam-se medidas tais como: não levar em consideração o nível de escolaridade e de experiência profissional; o não pagamento de horas extras; a redução do custo das operações; a não remuneração dos sábados e domingos (DOARÉ, 1986, p. 53)

Grande parte das funções – qualificadas ou não – que as mulheres ocupam são de extensão das atividades do âmbito doméstico, pois estas são consideradas tarefas gratuitas a ser exercidas pelas mulheres. Segundo a ideologia patriarcal, trata-se de um “dom da natureza feminina”. A atribuição do campo da reprodução (mais especificamente, reprodução da força de trabalho) às mulheres como algo

“natural” é ideologia basilar para a superexploração da mulher.

Helena Hirata, em *Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão* (1986), inter-relaciona sistema produtivo e estruturas familiares, trazendo dados muito claros no sentido da combinação entre tradição da divisão sociosexual do trabalho e modernidade empresarial, na busca por lucratividade. Segundo a autora, o Japão é um caso exemplar pelas seguintes características:

(...) desde o nascimento, a menina será educada dentro do respeito pelos homens, que serão os primeiros (...) a ser servidos à mesa e a ter os melhores pedaços; os primeiros a entrar no banho; (...) e a regra da obediência quando jovem, ao pai; casada, ao marido, e idosa, ao primogênito. (HIRATA, 1986, p. 66)

É o núcleo familiar que repassa inicialmente a ideologia dominante de determinado período histórico. Nesse sentido, a mulher também exerce papel primordial, pois lhe é atribuído a missão específica de cuidar dos filhos, educá-los etc.

Como mostra a pesquisa de Hirata (1986), a “arte doméstica” mais difundida entre as mulheres japonesas é o arranjo floral (*ikebana*), a qual é ensinada em todas as fábricas e escritórios das empresas para a formação das mulheres, visando o trabalho reprodutivo e produtivo. Isto porque tal atividade requer paciência, destreza, minúcia e habilidade, qualidades da mão de obra feminina do Japão. Tal formação diferenciada está imbricada à base das estruturas familiares japonesas. E, por conseguinte, a contribuição dessa estrutura ao desenvolvimento das empresas situadas no Japão reflete no crescimento da produtividade do trabalho.

Assim, as possibilidades de aumento da acumulação de capital são potencializadas pela estrutura familiar tradicional. Como também no exemplo da “mobilidade intraempresa”, pois o deslocamento dos homens para outras regiões obriga as mulheres a assumirem totalmente as responsabilidades do lar e a educação dos filhos. Outra característica observada por Hirata (1986) revela que o aumento do tempo de trabalho excedente é facilitado pelo papel atribuído à mulher na sociabilidade contemporânea:

As atividades voluntárias dos trabalhadores após a jornada de trabalho e nos fins de semana, os deslocamentos freqüentes e prolongados, as horas extras regulares, as atividades de lazer organizadas pela empresa unicamente para os empregados



excluindo a família, não são suscetíveis de se produzirem e se reproduzirem senão na medida em que as mulheres, no lar, se encarreguem da totalidade das tarefas domésticas e da educação dos filhos e na medida em que o casal sacrifique suas horas de lazer em prol da empresa. (1986, p. 69)

Ocorre, desse modo, uma continuidade entre as esferas produtiva e reprodutiva (familiar), em sua imbricação entre patriarcado e capitalismo. As tradições de uma sociedade são conservadas e fomentadas pelo processo de desenvolvimento das novas formas de trabalho.

Na estrutura familiar advinda do capitalismo dá-se a reprodução social fundamentalmente necessária para o capital:

É na cotidianidade da vida familiar que se processa a socialização da força de trabalho, apta em todos os níveis de seu existir (corpóreo, psicológico etc.) para exercer a plenitude de sua realização enquanto criadora de valor na produção capitalista. (MAGALHÃES, 1997, p. 29).

Nesse sentido, a interiorização da divisão sociossexual do trabalho é algo efetivado tanto pela família quanto pelo Estado na socialização das crianças, algo cobrado no conjunto das relações sociais, pois

A reprodução social se utilizará ideologicamente desta divisão, determinando que as tarefas necessárias à manutenção do sistema serão executadas em espaços diferenciados: a reprodução biológica e cotidiana será realizada pela família no espaço da casa, e a reprodução econômica e legal será feita no espaço da rua, nas fábricas e órgãos públicos da administração e do poder. (2005, p. 34-35)

De modo que o trabalho doméstico e de cuidado não é problema privado; trata-se de uma “necessidade econômico-social que não tem como objetivo primeiro afastar as mulheres do campo sociopolítico, mas garantir um tipo de reprodução biológica” (MAGALHÃES, 2005, p. 33). A família é

lugar de organização do controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva da mulher, exercido diretamente pelo Estado e sua legislação sobre o casamento, a previdência social e outros mecanismos, incluindo os aparatos ideológicos, como a escola, a igreja, a justiça, os meios de comunicação. (TOLEDO, 2005, p. 52)

A família e o Estado estão associados para garantir um tipo de produção e o

tipo de reprodução que garante a continuidade do sistema. Assim, a depender das relações de trabalho, constitui-se um determinado tipo de família, bem como as relações de gênero adequadas a cada realidade. O Estado interfere diretamente, através de “(...) leis que instituem o que é uma família, quem é seu chefe, e como os seus membros devem se relacionar. Nada escapa ao poder político”, como afirma Magalhães (2005):

Quando há necessidade de famílias numerosas, incentivam-se as gestações; quando isso não é mais necessário, controla-se quantos filhos devem nascer e qual o melhor sexo para a sociedade. Desde as sociedades arcaicas até hoje, essas normas podem ser explícitas (...) ou veladas, como é o caso da sociedade brasileira, que não consegue desenvolver gratuitamente um programa de planejamento familiar que inclua o tratamento da infertilidade, mas realizou inúmeras campanhas de distribuição de anticoncepcionais sem nenhum controle médico. Esses fatos demonstram a relação intrínseca entre a produção e as normas políticas que ela produz e a reprodução biológica dos seres humanos. (MAGALHÃES, 2005, p. 33-34)

Assim, o Estado e a família exercem uma autoridade patriarcal sobre a mulher. Não por acaso, “(...) a maternidade é (...) o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos” (BRUSCHINI, 2000, p. 19). A ausência de creches públicas é algo que contribui bastante para aumentar o peso da maternidade apenas sobre a mãe. De modo que enquanto assalariada, a mulher tem sua atividade modificada pelas eventualidades do casamento, da maternidade e da posterior criação dos filhos, sendo impedida de abandonar as tarefas domésticas e de cuidado.

Segundo dados trazidos por Laís Abramo (2000), em 1990, no Brasil, metade das mulheres trabalhadoras se concentravam em seis ocupações: empregada doméstica, balconista, vendedora ou comerciante por conta própria, costureira, professora do ensino fundamental e empregada em funções administrativas. E, considerando apenas o setor formal da economia, 54% das mulheres se concentravam em treze ocupações: professora do ensino fundamental e médio, enfermeira, funcionária pública de nível universitário, auxiliar de escritório, agente administrativo, auxiliar de contabilidade ou caixa, secretária, recepcionista, vendedora, trabalhadora em conservação de edifícios, cozinheira e costureira.

O emprego doméstico consiste num dos nichos mais precários das ocupações

das mulheres. Entre as empregadas domésticas brasileiras, jovens em sua maioria (52% têm menos de 19 anos), 90% recebem menos de dois salários mínimos e 82% não têm registro em carteira (BRUSCHINI, 2000, p. 33).

A atividade doméstica enquanto emprego é uma variável dependente do nível de desenvolvimento do capitalismo, das condições dadas para a reprodução do trabalhador e do futuro trabalhador, considerando aqui a relação de dependência entre países periféricos e centrais para o funcionamento da economia global. A industrialização brasileira caracteriza-se por sua dependência em relação a outros países, importadora de tecnologia poupadora de mão de obra, o que “permite uma certa redistribuição da renda nacional (...) e contribui para retardar a crise de realização da mais-valia.”

Entre o primeiro recenseamento brasileiro, ocorrido em 1872, e o ano de 1970, constata-se uma diminuição da presença de mão de obra feminina na agricultura, de 35% para 20,7%. Trata-se de um longo período, com uma migração que pode parecer irrisória, caso se observe apenas o contingente em si, e não sua função e o contexto em que se insere. Em 1970, o Brasil é portador de um desenvolvimento industrial importante e ingressa num processo de reestruturação dessa esfera, que provocará o alargamento do setor terciário. É nesse setor que encontraremos grande parcela do contingente feminino a ocupar o trabalho de mercado. As mulheres ocupavam 68,8% do setor terciário (SAFFIOTI, 1986, p. 10), no qual é situado o trabalho doméstico remunerado.

Nesse período de quase um século (1870/1970), o trabalho doméstico remunerado crescerá apenas 7%, momento em que, nas grandes cidades, se verificam demandas internas ligadas ao desenvolvimento de vários setores de serviço, fenômeno que acompanha o processo de industrialização no Brasil. Em 1974, 85,3% das mulheres que ocupavam o setor de serviços eram empregadas domésticas (SAFFIOTI, 1986, p. 18).

Hoje, o Brasil é o país com o maior número de empregados domésticos no mundo, com um aumento de 41% entre 1995 e 2010, quantificados em 7,2 milhões de pessoas. Em 1995 havia 5,1 milhões; 95% desse número, mulheres (OIT – Organização Internacional do Trabalho, in: Revista Carta Capital, janeiro de 2013).

Assim, de acordo com esses dados, temos uma proporção formal de que a cada seis mulheres “economicamente ativas”, uma é doméstica.

A problemática da precarização do trabalho feminino no Brasil só aparece amplamente quando do *boom* da presença feminina no trabalho de mercado. Foi preciso que o movimento feminista ocupasse acento na produção acadêmica para que a servidão doméstica fosse criticada e conceituada entre as relações de trabalho, alargando os limites do conceito de trabalho e de precarização do mesmo.

Bruschini (2000) observa que entre 1990 e 1995, embora 42% das mulheres ocupadas estivessem com vínculo empregatício formal, assim como 57% dos homens ocupados, um percentual expressivo de trabalhadoras (quase 40%) ocupavam posições precárias no mercado de trabalho (2000, p. 27-28).

A ampla categoria das trabalhadoras domésticas comporta vários níveis de servidão/precarização: menos de um terço do total são regulamentados – no Sudeste e no Sul do país, cerca de 33%; na região Nordeste, o número cai para mais da metade, irrisórios 12,5%. A(o)s chamada(o)s diaristas, trabalhadora(e)s de jornada parcial, representam 30% do total, segundo o IPEA (Revista Carta Capital, janeiro de 2013).

O problema da precarização encontra-se amalgamado a relações servis patriarcais, tecidas numa cultura oligárquica de herança escravista, por meio da qual a elite do país garantiu a manutenção de seu espaço privado através do trabalho não pago, outrora exercido pelas “mucamas”. Seus resquícios são ainda marcantes na sociedade brasileira, sendo majoritariamente exercido por mulheres, e destacadamente, as mulheres negras.

No presente momento, o Estado brasileiro está aprovando uma emenda à Constituição que versa sobre a igualdade de direitos da(o)s trabalhadora(e)s doméstica(o)s. Esta(e)s, desde a vigência da CLT, há cerca de setenta anos, não têm direito à jornada regulamentada (máximo de 44 horas semanais), pagamento de hora extra, adicional noturno, FGTS, seguro-desemprego etc. Em outras palavras, trata-se de o Estado admitir a existência e o caráter dessa atividade como um emprego de força de trabalho que deveria ser regido por um contrato, tal como propala o discurso do “trabalho livre”, aventado modernamente.

Em 2002 foi reconhecido no Brasil o ofício do *cuidado*. O termo cuidado (ou *care/carework*) é recente no país. A residual, porém incisiva literatura, que temos a

respeito do tema ainda se acha muito ancorada no conjunto de discussões mais consolidadas sobre o trabalho doméstico não remunerado. “(...) As cuidadoras e cuidadores têm um lugar pouco legitimado nas instituições, o que faz com que acabem trabalhando mais com as famílias, restando novamente sujeitos ao não reconhecimento de sua profissão e à degradação salarial” (HIRATA, 2010, p. 50).

A questão do rebaixamento do valor da força de trabalho das mulheres demonstra claramente como o capital intensifica a inferiorização social feminina, visando obter maiores taxas de lucratividade, promovendo uma perda direta para o campo do trabalho, ao conjunto dos trabalhadores. A reestruturação capitalista comporta a inserção/fixação das mulheres na atividade produtiva com um incremento imediato à extração de mais-valia, dado o rebaixamento de salários.

Como expõe Hirata (2004),

A crise econômica e o desemprego em massa com a emergência dos “empregos de proximidade”, transformando o estatuto do trabalho doméstico por meio do processo de assalariamento de um certo número de suas dimensões (...) contribuiu para esclarecer de modo diverso a problemática da servidão doméstica. (p. 6)

O aprofundamento do trabalho precário, com jornada de trabalho extenuante e baixos salários, não possibilita a diminuição do tempo doméstico não remunerado. Ao contrário, quanto mais desregulado e informal o tempo do trabalho mercantil, mais descontrolado se encontra o tempo doméstico para as mulheres.

É especificidade da exploração capitalista fundar uma servidão doméstica como amortecimento do mais-trabalho. A mão de obra barata feminina é fundada pelo patriarcado, da qual este se vale, dependendo das relações culturais. O capitalismo surge e se desenvolve imbricado ao patriarcado, contudo, a cultura patriarcal não possui sempre o mesmo significado. Segundo Scholz (1996), “um patriarcado no sentido de uma determinação patriarcal das relações sociais por meio do trabalho abstrato e do valor é típico apenas da sociedade ocidental. Por isso esta deve ser analisada em separado” (idem, p. 4).

### 3 TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E VALOR

Buscamos discutir até aqui caminhos possíveis para uma compreensão sócio-histórica da desigualdade entre os gêneros, e sua localização numa desigualdade social de conjunto, do ponto de vista das relações de trabalho. Consideramos as fronteiras de gênero e classe da história da propriedade privada, particularmente de sua forma capitalista.

Identificamos que a história da subjugação social feminina se confunde com a história da divisão hierárquico-social do trabalho<sup>8</sup>. Nesse sentido, embora o capitalismo tenha possibilitado o desatar de formas de dominação sociocultural e políticas fundamentais para as mulheres – considerando aqui a possibilidade histórica do advento do movimento feminista e suas conquistas –, permanecem, contudo, desigualdades entre os gêneros.

Partimos agora para a discussão de como o olhar sobre o trabalho doméstico não remunerado pode ser fundamental para compreendermos as funções sociais possíveis da atual manutenção do patriarcado.

#### 3.1 “Fico com todas as tarefas domésticas, além de trabalhar e ainda estudar. Horrível.”<sup>9</sup>

Ricardo Antunes (2012), citando Mészáros (2002), afirma que o capitalismo foi o primeiro modo de produção a criar uma lógica que “independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade”, por fundar um sistema de autovalorização descolado de uma lógica própria da reprodução social, subvertendo-a às suas necessidades produtivas, autônomas de qualquer demanda de sustentabilidade humana (ANTUNES, 2012, p. s/n).

---

<sup>8</sup> MÉSZÁROS, I. 2002.

<sup>9</sup> Fala de estudante da Universidade Federal de Alagoas (curso de graduação em Matemática), entrevistada em 2006, respondendo à pergunta: quais os maiores problemas enfrentados enquanto mulher na família? Fonte: A mulher na universidade, no trabalho e na família, PIBIC/CNPq. Grupo Gênero e Emancipação Humana – ICS/UFAL.

Uma vez que esse modo de produzir alcança necessidades de desenvolvimento cada vez mais expansivas, que resposta histórica essa relação elementar dará para o âmbito da reprodução social? Essa questão traz consigo o pressuposto teórico-metodológico de que cada modo de produzir configura também tipos sociais de reprodução social que o acompanham em suas especificidades históricas. Portanto, precisamos recorrer minimamente à história para visualizar como a relação produção/reprodução se põe na transição em que emergem as relações sociais modernas.

O princípio das relações de produção/reprodução da Idade Média, o chamado “sistema familiar” (HUBERMAN, 1967, p. 125), consistia em que o espaço da casa compartilhava o espaço da produção, sistema este que conviverá com o surgimento do “sistema de corporações” presente durante todo o feudalismo. Eis uma digressão sobre o período:

O feudalismo encontrou-se plenamente estruturado na Europa por volta do século XI, com suas características principais inteiramente definidas: uma classe de produtores diretos, os servos, que já então gerava um excedente agrícola significativo, expropriado pelos senhores feudais, classe parasitária dedicada especialmente à caça e à guerra. Mas, paralelamente, mantinha-se a produção para a troca (isto é, a produção de materiais) centrada no trabalho artesanal. Essas trocas serão muito estimuladas a partir das Cruzadas; assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar mais complexa: os artesãos a pouco e pouco se organizam (em *corporações*), e os comerciantes/mercadores também buscam mecanismos associativos (as *ligas*). O estabelecimento das rotas comerciais para o Oriente dará um novo dinamismo a esse processo, que conferirá às atividades comerciais um destaque cujas consequências contribuirão para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a via à crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do *Antigo Regime*. (NETTO, J. P. & BRAZ, M., 2010, p. 70)

Do século XVI ao XVIII, a transição da esfera produtiva para o mercado ainda se realiza no espaço de reprodução. Num dado momento, os mestres artesãos começam a perder a propriedade dos meios de produzir, fundamentalmente da matéria-prima, quando passam a depender de um “empreendedor” que surge entre ele e o consumidor direto, fazendo dos mestres “tarefeiros assalariados” (HUBERMAN, 1967, p. 125). Desenvolve-se a produção artesanal para a venda, não mais apenas dos produtos, mas também do trabalho. Surge a mercadoria força de

trabalho, e com esta o sistema fabril e o princípio histórico da produção de mercadoria para a transformação do excedente em capital.

Emerge, então, um novo conceito de produtividade: uma produtividade relativa, que repõe um valor precedente e também cria um novo valor, materializando mais tempo neste último. Tal produtividade só pode ser garantida pelo trabalho assalariado. Para o indivíduo que “paga o salário”, o capitalista, o valor de uso do trabalho consiste em, como afirma Marx, “restituir quantidade de tempo de trabalho maior do que a que pagou na forma de salário”. Esse é o fundamento último do conceito de produtividade do ponto de vista da relação capital: produzir para o comprador da força de trabalho, gerando um valor pela renda que lhe foi paga e um valor a mais.

Esse é o sentido da indústria moderna. Só é possível a produção de excedente, sua acumulação e crescimento, por meio da divisão do trabalho baseada na indústria especificamente burguesa. Opera-se a cisão entre trabalho manual e intelectual, uma vez que os meios de se produzir se separarão cada vez mais de quem produz (lembremo-nos do mestre artesão em meados da Idade Média). Tal cisão acompanhará a formação do espaço urbano, que é antecedido pela oposição campo e cidade. As cidades se formam em torno dos espaços construídos exclusivamente para a produção de mercadorias. Surge a concepção do espaço da casa como um lugar cada vez mais separado da produção: o lugar da reprodução da prole, do descanso, dos cuidados necessários à reposição mínima da energia do trabalhador.

Quais seriam as especificidades da divisão sociossexual do trabalho no capitalismo, tanto produtiva, quanto política? Recorremos à compreensão histórica recente:

É um paradoxo da industrialização do século XIX que ela tendesse a aumentar e aguçar a divisão sexual do trabalho entre o trabalho doméstico (não remunerado) e o trabalho (remunerado), ao privar o produtor do controle sobre os meios de produção. **Na economia pré-industrial ou proto-industrial** (lavoura campesina, produção industrial, pequenos comerciantes, indústrias domésticas, trabalho subcontratado etc.), **o trabalho doméstico e a produção eram geralmente uma unidade singular ou combinada, e embora isto significasse que as mulheres (...) trabalhassem excessivamente** – já que faziam a maior parte do trabalho doméstico e participavam do resto do trabalho –, **elas não estavam confinadas a um só tipo de trabalho.** De fato, na grande expansão do “pronto-industrialismo”



(indústria doméstica) (...), **os processos produtivos reais atenuavam ou mesmo aboliam as diferenças no trabalho entre homens e mulheres, com efeitos de longo alcance nos papéis sociais e sexuais e nas convenções dos sexos.** (HOBBSAWM, 2008, p. 134, grifo nosso)

Por outro lado, afirma Hobsbawm (2008) que “(...) a situação cada vez mais comum do operário que trabalhava para um empregador em um local de trabalho pertencente ao empregador separou o lar e o trabalho” (p. 135). Muito embora,

(...) los salaros de las fábricas tendían a ser más altos que los que se conseguían com las industrias domésticas (excepto aquellas de obreros muy cualificados y versátiles), los obreros recelaban de trabajar nellas, porque al hacerlo perderían su más caro patrimonio: la independencia. Esta es una razón que explica la captación de mujeres y niños – más manejables – para trabajar em las fábricas: en 1838 sólo 23 por ciento de los obreros textiles eran adultos. (HOBBSAWM, 2006, p. 8)

De modo que as relações patriarcais estabelecidas pelas necessidades da apropriação privada dos meios de produção foram aguçadas nas relações de mercado capitalista, já que impeliam as mulheres à conciliação entre trabalho doméstico e trabalho de mercado. Assim, a relação entre participação feminina no trabalho de mercado e servidão doméstica é uma via de mão dupla, em que a intensificação da primeira não significa necessariamente a inflexão da segunda.

A absorção da mão de obra feminina na indústria têxtil, por exemplo, no auge da Revolução Industrial não reverteu a tendência geral da industrialização do século XIX de fazer do casamento e da família “a carreira principal da mulher da classe trabalhadora que não fosse forçada pela total pobreza a assumir outra atividade”, segundo Hobsbawm, contrariamente à tônica da industrialização do século XX. Muito embora seja possível inferir que

Es casi seguro que la industria algodonera contribuyó más a la acumulación de el capital que otras industrias, aunque solo fuera porque su rápida mecanización y el uso masivo de mano de obra barata (mujeres y niños) permitió una afortunada transferencia de ingresos del trabajo al capital. (HOBBSAWM, 2006, p. 9)

A industrialização do século XX, principalmente a partir da década de 70, produziu a ambiguidade de absorção massiva da mão de obra feminina, mantendo,

em geral, as atividades de reprodução do trabalhador e do futuro trabalhador como responsabilidade feminina. Fenômeno mais claramente observável do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, quando verificamos os limites sociais e políticos que desenham a reprodução do sujeito que trabalha nas regiões que se encontram à margem dos grandes centros do capitalismo globalizado.

A ideologia patriarcal reproduzida dentro da própria classe trabalhadora auxiliou na intensificação desse fenômeno no final do século XIX, e mais fortemente até meados do século XX. Deve-se isso tanto aos problemas para a reprodução social em virtude da ausência da presença feminina no lar (causada pela desresponsabilização do capital sobre a mesma), quanto à ameaça constante do capital em rebaixar os salários dos homens ao nível do assalariamento inferior imposto às mulheres. A esposa trabalhadora assalariada era, portanto, “sintoma de uma “situação econômica indesejável””; não por acaso, na Grã-Bretanha, em 1911, apenas 10% das mulheres casadas participaram do trabalho de mercado, e entre as trabalhadoras assalariadas, apenas 11% tinham maridos (HOBSEAWM, 2008, p. 135).

Assim, ainda segundo Hobsbawm (2008),

(...) o movimento operário inconscientemente apertou os laços que mantinham a maioria das mulheres casadas (não assalariadas) da classe trabalhadora em seu papel social definido e subordinado. Quanto mais poderoso ele se tornava como movimento de massa, mais eficazes se tornavam estes freios à sua própria teoria e prática emancipatórias; pelo menos até que as transformações econômicas destruíssem a fase industrial do século XX da divisão sexual do trabalho. (p. 138)

A combinação desses elementos, consubstanciados “tanto pelo medo da concorrência econômica”, quanto pela “manutenção da ‘moralidade’” patriarcal, construiu no movimento operário uma tradição de marginalização da presença feminina nos sindicatos e mobilizações. Isso se contrapunha fundamentalmente aos movimentos de operárias oriundas de setores onde se faziam presentes massivamente – seu lugar de presença perene acabou por manter-se no papel convencional de “esposa, mãe e dona-de-casa de trabalhadores” (HOBSEAWM, 2008, p. 135-138).

Em *Notas sobre o trabalho doméstico*, Ávila (2007), citando Scott, registra que a história de separação entre lar e trabalho “conceitualizou o gênero como uma

divisão sexual do trabalho natural”, de modo que “a própria noção de feminino (...) constrói-se em uma relação direta com o trabalho doméstico” (2007, p. 1). A presença das mulheres no mercado de trabalho, desde a Revolução Industrial, foi tratada “como uma ausência do espaço ao qual estavam ‘destinadas’” (2007, p. 1). E, citando Kergoat, discute o conceito de trabalho doméstico: trata-se de uma forma concreta que toma o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada, sendo funcional e integrado ao modo de produção capitalista.

A propaganda atual de uma “nova mulher”, a “mulher moderna”, “livre”, bem-sucedida profissionalmente, que se faz presente em cargos de relevância, “chefiando” famílias, é sempre conjugada à responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidado com os filhos. E mesmo que não as faça, é sua responsabilidade garantir que sejam cumpridas –, além de claro, manter-se bela e subserviente ao marido. Isto porque, para a ideologia patriarcal, as mulheres “nascem para ser mães”, têm um “instinto materno”. Como esclarece Magalhães (2005):

A sociedade capitalista é a única dentro da história da humanidade que necessitou construir uma ideologia através de um discurso que precisa se negar para falar. A ideologia clássica da sociedade feudal diz que servos e senhores são desiguais por obra de Deus. Na sociedade escravista, o escravo é naturalmente escravo, ele é desigual. A sociedade capitalista apregoa a igualdade e liberdade para todos, mas mantém a desigualdade; logo, a sociedade moderna, capitalista, tem de dizer que somos iguais para manter a desigualdade. (p. 41)

Embora nas últimas décadas o âmbito público de um modo geral tenha comportado maior presença feminina, ocorre um acúmulo de atividades, a práxis social continua a reproduzir a lógica dos diferentes lugares de primazia feminina em oposição à masculina, a casa e o espaço público, respectivamente. A fala “fico com todas as tarefas domésticas, além de trabalhar e ainda estudar. Horrível.”, resultante de pesquisa do grupo Gênero e Emancipação Humana (PIBIC/CNPq/ICS-UFAL, 2005-2008), explicita que a mulher que trabalha, mesmo com alto grau de instrução, está presa às engrenagens de um sistema de exploração/opressão que a relega, em última instância, à manutenção do lar.

Dois economistas da Universidade de Paris, Rizavi e Sofer (2008), apresentaram dados coletados em dez países da União Europeia sobre trabalho doméstico e a organização do tempo dos casais (levantamentos realizados em 2004), inferindo a seguinte regularidade: as mulheres se encarregam de uma proporção que varia entre 60% e 66% do trabalho doméstico. A Suécia e outros países nórdicos encontram-se entre os mais igualitários na divisão do tempo doméstico dos casais. Entre os menos igualitários, destacam-se os países recém-incorporados à União Europeia, e a França, país por eles escolhido para a comparação com o país economicamente mais rico da América, os Estados Unidos. Buscavam visualizar algumas dimensões da relação entre *status* econômico da nação e desigualdade de gênero no compartilhamento do tempo doméstico.

Os resultados apontam que os estadunidenses gastam cerca de três quartos de hora diárias a menos em trabalho doméstico, 2h59min contra as 3h43min diárias da população francesa, aproximando-os dos nórdicos. Nessa comparação, a França mantém-se ainda como país menos igualitário na divisão por gênero do tempo doméstico, tomando 65% do tempo feminino, enquanto o país americano libera 2% desse tempo (RIZAVI; SOFER, 2008, p. 116-117).

(...) pode-se atribuir esse excedente de trabalho doméstico ao mesmo tempo a um equipamento em bens duráveis mais limitado (lava-louça, micro-ondas etc.) e a substitutos mercantis (congelados, pratos prontos etc.) menos acessíveis (mais raros e/u relativamente mais caros) (...). (RIZAVI; SOFER, 2008, p. 116)

Contudo, a possibilidade de partilha mais equilibrada do tempo doméstico não diz respeito necessariamente a uma divisão do tempo dos afazeres, e isso independe da aparelhagem doméstica e dos serviços externos, públicos ou privados, que possam ser acessados pelas famílias. Tais acessos são importantes para permitir às mulheres terem cada vez mais seu tempo liberado do mundo doméstico e estarem disponíveis para a vida pública.

A especialização por gênero permanece em questões sumamente importantes no que tange ao enraizamento de uma divisão sociossexual do trabalho, sempre ligada aos fundamentos da cultura patriarcal: "(...) das mulheres, no que diz respeito à roupa e à cozinha, e dos homens, nos consertos, na reparação ou na manutenção do carro, por exemplo. Apenas algumas tarefas, como as compras ou a

jardinagem, ou, em menor medida, a cozinha, são partilhadas de maneira mais igualitária” (RIZAVI; SOFER, 2008, p. 116).

Quando de momentos de maior força dos movimentos feministas, a problemática do trabalho doméstico se fazia presente de forma ampla em suas reivindicações. A literatura feminista, por sua vez, buscava oferecer o suporte teórico para uma luta a mais consequente possível, enveredando em críticas à economia política, travando grandes polêmicas sobre o que viria a ser trabalho e valor. Assim, várias pesquisas realizaram levantamentos de uma série de dados sobre a condição feminina dentro e fora do lar, importantes até os dias de hoje. Com o arrefecimento do feminismo nas ruas, observamos uma diminuição da presença de estudos que tenham como centro os “velhos problemas” das mulheres.

Essa observação ficou para nós mais clara ao buscarmos estudos sobre o trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Percebemos um hiato entre o final da década de 1980 e os primeiros anos da década de 2000, quando há uma retomada do tema. Qual teria sido o estopim dessa retomada? E em que termos se realiza?

Em maio de 2012, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou um comunicado intitulado *Trabalho para o mercado e trabalho para a casa: persistentes desigualdades de gênero* (2012). Nele consta o que segue:

Em 2009, 90% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais de idade afirmaram realizar afazeres domésticos, comparados a 50% dos homens. Desde 1995, podem ser percebidas suaves oscilações tanto entre os homens como entre as mulheres. Há uma tendência de estabilidade na proporção de pessoas que realizam afazeres domésticos, sendo que as mulheres mantêm-se em torno dos 90% e os homens oscilam entre 46 e 50%. Os diferenciais de raça<sup>10</sup> e de região também não são representativos, com a exceção do percentual de homens da Região Sul que afirma realizar afazeres domésticos: chega a 61%, valor consideravelmente superior à média nacional encontrada para os homens (50%) (2012).

Em documento lançado em 2011 pela ONU Mulheres e pela CEPIA (Cidadania, estudo, pesquisa, informação e ação), *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010* (2011) Bruschini (et all), ressalta que os dados mais recentes “evidenciam uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto

---

<sup>10</sup> Segundo “raça”/cor, dados de 2002 citados por Bruschini (2006) evidenciam que brancas, pretas/pardas trabalham o mesmo o número de horas em afazeres domésticos, assim como homens brancos, pretos/pardos, mantendo-se o diferencial de gênero. (p. 348)

para a família”; por consequência, “do ponto de vista das políticas públicas, um dos maiores desafios dos novos tempos no Brasil é promover a articulação entre família e trabalho”.

A primeira contradição perdura: “se o dia tem 24 horas para todas as pessoas, torna-se muito difícil para as mulheres ampliarem a contento sua jornada de trabalho remunerada se continuarem a se dedicar ao trabalho não remunerado como hoje o fazem” (2012, p. 13).

Como observa Bruschini, de acordo com dados de 2002, as mulheres com ocupação remunerada fora do domicílio dedicam oito horas a menos ao trabalho doméstico (2006, p. 349). Contudo, “o aumento da jornada do tempo econômico prejudica mais as mulheres, uma vez que o tempo dedicado por elas à reprodução social e à família não tende a diminuir” (p. 337).

O *Anuário das Mulheres Brasileiras*, apresentado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em 2011, tem seu terceiro capítulo dedicado ao *Trabalho Doméstico – Trabalho doméstico não remunerado e uso do tempo* (2011, p. 165). A primeira tabela de dados estatísticos (Tabela 79, p. 167) mostra que a diferença de tempo de trabalho semanal entre as mulheres consideradas “Economicamente Ativas” e as “Não Economicamente Ativas” é de apenas cinco horas. As “Não Economicamente Ativas” negras e não negras trabalham, em média, a mesma quantidade de horas. As “Economicamente Ativas” negras trabalham quatro horas a menos, e as não negras, seis horas a menos.

O que é ser economicamente ativo no Brasil? Significa trabalhar no mínimo vinte horas remuneradas. E como definir no conjunto das relações sociais e econômicas as atividades domésticas e de cuidado exercidas rotineiramente no seio familiar, as quais dependem cerca de 25 a trinta horas de dedicação semanal? E por que esse tempo é garantido majoritariamente pelo gênero feminino?

Segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza o Censo Demográfico, as Pesquisas Domiciliares Anuais e outras pesquisas oficiais, a População Economicamente Ativa inclui os ocupados e os desocupados. Os ocupados são aqueles que estão empregados, no mercado formal ou no informal, enquanto os desocupados são aqueles que estão à procura de emprego na ocasião da pesquisa. Já a População Economicamente Inativa inclui

os aposentados, os que estão em asilos, os estudantes, os que vivem de renda e os/as que cuidam de afazeres domésticos. Sabe-se, por conseguinte, que nos últimos anos houve um aumento expressivo da chefia feminina na atual estrutura familiar: passou de 0,8% em 1992 para 9,4% em 2009 (CEPIA & ONU Mulheres, 2011, p. 145).

Desse modo, o índice das mulheres “economicamente ativas” cresceu, ocupando novos lugares, mas mantendo lugares antigos. Como explicar essa contradição? De acordo com os dados reconhecidos pelas produções oficiais e pela literatura feminista, os milhões de mulheres representados pelo breve símbolo percentual continuam sendo, simultaneamente, “economicamente inativas”, visto que a divisão sociossexual do trabalho no ambiente doméstico não acompanha os dados de aumento da participação feminina no trabalho de mercado.

Parece-nos parece que a computação desse tempo não remunerado aumentaria o chamado índice de “inativos”, e alguma coisa estaria errada estatisticamente. Representaria no mínimo, em verdade, uma contradição da vida cotidiana, não captada pelos atuais conceitos utilizados nas pesquisas oficiais.

Devido à inexistência de uma metodologia que de fato apure como as pessoas usam seu tempo ao longo do dia no Brasil, não há informações sobre as diferenças existentes entre as atividades realizadas por homens e por mulheres. O que se sabe é que elas responderam despender, em média, 26,6 horas por semana realizando afazeres domésticos, em 2009 (IPEA, 2012, p. 5).

A noção de “uso do tempo”<sup>11</sup> articulada ao gênero<sup>12</sup> pode ultrapassar os limites das definições acima, bem como a interpretação vulgar de trabalho enquanto emprego ou ocupação “produtiva” (para o capital), remunerada ou não, nos termos do mercado. Permite identificar, outrossim, a atividade reprodutiva como atividade social, situando-a no amplo conjunto de relações que asseguram o funcionamento de qualquer formação social.

---

<sup>11</sup> “O primeiro grande estudo multinacional de uso do tempo foi realizado entre 1965 e 1966, dirigido pelo sociólogo húngaro Alexander Szalai e implementado em 12 países, com 30 mil entrevistados (...). Na América Latina, dez países já possuem pesquisas de usos do tempo aplicadas por seus institutos de estatísticas nacionais (...). No Brasil, há pesquisas subnacionais já realizadas. Muito do surgimento dessas pesquisas se deve à influência das discussões ocorridas na chamada ‘década da mulher’, entre 1975 e 1985”. (RAMOS, 2008, p. 862-863)

<sup>12</sup> “Conceitualmente, pouca atenção inicial era concedida à (...) esfera (...) do tempo de cuidados com a casa e a família”. (AGUIAR, 2011, p. 75)

Ao considerarmos tempo como uma categoria sociológica, a conceituação perpassa a noção de que a temporalidade tem uma variação histórico-cultural múltipla; mesmo no interior de cada cultura devemos falar em tempos, no plural. A centralidade do tempo de trabalho na era moderna, dominada pelo *ethos* capitalista, não pode excluir as outras experiências de tempo existentes (CARDOSO, 2007).

Buscamos conceber o tempo a partir de sua construção social, compreendendo-o, de acordo com Ana Cardoso (2007), primeiramente como uma experiência subjetiva, e que não pode ser considerada de modo linear, senão a partir de sua trajetória histórica: há tempo de trabalho e tempo de não trabalho. A redução do tempo de trabalho ao trabalho gerador de valor, do ponto de vista do capitalismo, exclui não apenas os tempos vividos em experiências externas ao espaço da produção, mas transforma até mesmo a própria representação do trabalho. Assim, este, no espaço da reprodução social, não é considerado como tal, sendo marcado simbolicamente com menor valoração social.

Elias (1998), discutindo a relação entre ser social e tempo, destaca:

Deparamos aqui com o problema específico da relação entre o tempo e os relógios. (...) A disposição dos ponteiros tem por função indicar aos seres humanos a posição que eles e outros ocupam atualmente no vasto fluxo do devir, ou então, de quanto tempo precisaram para ir de um lugar a outro. (...) O tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social e puramente físico. (1998, p. 15-17)

Nesse sentido, o relógio é uma expressão de necessidades históricas colocadas por determinados tipos de organização social a partir da modernidade, como substituto dos meios naturais de percepção do tempo. Não obstante, fica a pergunta: o que os relógios medem? Diríamos: não é o tempo, mas os usos sociais do tempo.

O tempo despendido como trabalho não remunerado não se define somente por arranjos privados baseados em convenções tradicionais de gênero, mas também pela disponibilidade de serviços públicos e pela configuração das políticas sociais, que, historicamente, desde seu desenho contam com o trabalho feminino não remunerado. São exemplos os horários de funcionamento e a ausência de refeições nas escolas, a ausência de transporte escolar público universal, os limites da política de assistência à saúde e a precariedade da



assistência a pessoas idosas e a pessoas com deficiência (IPEA, 2012, p. 16)

Como salienta Dedeca (2004), mesmo nos países que possuem políticas sociais de caráter abrangente, como horário integral em escolas e creches, persiste a desigualdade no uso do tempo para a reprodução social, de homens e de mulheres. Ao refletir sobre o problema do uso do tempo, considerando suas implicações para a reprodução social, o autor aborda a dimensão de gênero por compreendê-la como “central na gestão do uso do tempo na sociedade capitalista” (2004, p. 22). Atenta para a atualidade e o nível da discussão em torno da questão, e ressalta:

inquestionável que o debate sobre o uso do tempo no capitalismo do século XX não mais permite identificar o tempo não criador de valores de troca como tempo doméstico. O papel cumprido na reprodução social, no âmbito das famílias e domicílios, articula-se ao tempo econômico para a acumulação capitalista. Um não se processa sem o outro, causando sistematicamente pressão sobre o tempo livre da população. (2004, p. 25)

A relação imediata que temos é entre jornada de trabalho na produção e tempo socialmente gasto para a garantia da reprodução social. Ainda de acordo com Dedeca (2004, p. 25), “a regulação da jornada de trabalho até os anos 1970 visava a separação entre o tempo para a reprodução econômica e aquele para reprodução social”, objetivando limitar a extensão do tempo econômico sobre o tempo total das pessoas e famílias. O autor defende, desse modo, que o tempo do trabalho doméstico seja conceituado como *tempo para a reprodução social*, dimensão fundamental para a resolução de problemas da acumulação capitalista.

Nesse sentido, o uso do tempo é o fio condutor encontrado pelas análises mais recentes para compreender como se relacionam produção e reprodução, bem como qual o nível de função, e a dimensão da necessidade da divisão sociossexual do trabalho tal como se dá no capitalismo.

Se a problemática da dominação é crucial para a reflexão feminista, a questão da reprodução no tempo da relação dominantes/dominados é nela central. O que move a servidão doméstica? O lugar do “modo de produção doméstico” (DELPHY, 1998), fundado sobre a opressão das mulheres, parece central nessa reiteração da dominação, nessa

permanência da divisão sexual do trabalho no espaço e no tempo. (HIRATA, 2004, p. 1)

Os levantamentos recentes acerca do uso do tempo abrem possibilidade de pensar a questão a partir de uma dicotomia pouco explorada na literatura sociológica: reprodução econômica e reprodução social. Dedeca (2004) destaca três características do trabalho no capitalismo: 1) a compulsoriedade do assalariamento; 2) o processo de alocação do trabalho no processo de produção (aumento da produtividade), conceituado por Marx como subsunção real do trabalho ao capital (1985); 3) a incapacidade de lidar com o tempo da reprodução social.

Para a manutenção diária da força de trabalho, é necessário um tempo externo àquele despendido no espaço da produção (mínimo para a garantia do trabalhador vivo [salário], ultrapassado pela produção para formar mais valor [excesso quantitativo de trabalho], que garante a forma capitalista de produção de mercadorias) (MARX, 1985b, p. 162). O contrato por tempo, cronometrado de forma extenuante para garantir o *processo de valorização*, não permite que as atividades necessárias à manutenção do trabalhador sejam garantidas (MARX, 1985a) pelo próprio sujeito; tampouco é possível observar a coletivização de tais atividades.

“A servidão doméstica parece assim refratária às grandes mutações da atividade feminina”, afirma Hirata (2004), mencionando que a estrutura do trabalho doméstico remete a uma relação social de serviço, e que as modalidades de sua realização variam segundo as classes sociais e as possibilidades econômicas da família, e segundo os caracteres sociais (cultural, político, econômico etc.).

Em pesquisa realizada por projeto de pesquisa do Grupo Gênero e Emancipação Humana (PIBIC/CNPq/ICS-UFAL, 2009-2010), observou-se a rotina de mulheres esposas de trabalhadores canavieiros. Estas relataram um cotidiano regulado pelo tempo da indústria da cana, através do trabalho de cuidado para a reprodução do trabalhador e do futuro trabalhador. Vejamos a seguinte passagem:

**Como é a rotina durante o corte da cana, que horas a senhora acorda, o que a senhora faz?**

*Eu tô acostumada assim: acordar 4h, não gosto de ficar deitada até tarde. Hoje ainda fiquei porque ontem eu tava fazendo uma arrumação, aí a gente ainda vai terminar umas coisas na cozinha... mas eu tô acostumada a acordar cedo, é a “hora dos passarinhos”.*

*Dormir até tarde não dá pra mim fazer comida cedo, e tem também os menino que estudam de manhã, tenho que ficar pra fazer café e tudo.... Eu que puxo ele da cama, porque se for por ele só, ele não levanta não. É, eu levanto ele, eu mesma troco a roupa dele, ele deitado, boto meia, boto bota, eu comprei uma bandeja... Levo o café dele na cama... Às vezes ele diz “vou tomar banho”; aí eu digo: Então bora rápido. Puxo ele pelas pernas e ele levanta e vai tomar banho. Aí quando ele entra no banheiro, troca de roupa, eu digo: “Ói, falta pouco minuto”. Aí eu já tenho botado comida na bolsa... Aí fico na porta enquanto ele tá tomando café... Quando eu vejo o ônibus passando, aí eu digo: “O ônibus já vai passando lá em cima”. Aí ele vem sai e vai... Tem vez que eu vou até o ponto com ele. (Fonte: Trabalho na Agroindústria Canavieira de Alagoas – PIBIC-CNPq/ICS-UFAL, 2009-2010)*

O contexto de onde parte a fala dessa trabalhadora é remanescente de uma vida rural em que os afazeres nos domicílios são bastante ligados às atividades econômicas, que nesse caso migraram para a venda da força de trabalho na produção da cana-de-açúcar. As mulheres de regiões rurais costumam trabalhar, em média, 1,2 hora a mais do que as mulheres das áreas urbanas (dado de 2002, citado por BRUSCHINI, 2006, p. 344). A fala dessa trabalhadora pode nos indicar que a possibilidade de suas horas de trabalho serem superiores às de mulheres do espaço urbano se dá ainda por uma atividade rural, contudo uma atividade completamente dominada pelo tempo cada vez mais expropriado, industrializado, regulado pela lógica do lucro.

Percebemos nessa fala como o trabalho doméstico não remunerado pode ser tomado pela dimensão do trabalho de cuidado. Como afirmado em documento do IPEA (2012), o trabalho de cuidado direto parece ser o maior componente das atividades domésticas não remuneradas. Bruschini (2006) afirma que as mulheres cônjuges são as que trabalham o número mais elevado de horas em afazeres domésticos, seguidas pelas mulheres categorizadas como chefes de família, e ainda: “o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consomem o tempo de trabalho doméstico das mulheres” (p. 347).

O trabalho doméstico envolve o trabalho de cuidados direto e indireto – este, quando da preparação de alimentos ou da higienização de um ambiente, por exemplo. Tais atividades, comumente executadas pelas mulheres, o *care* – conceito defendido por Helena Hirata (2010) para referir-se ao trabalho de cuidados –, dizem respeito ao tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa (HIRATA, 2010, p. 48). O sentido dessa conceituação foi conferido por Hirata, ao

observar no mundo do trabalho um campo articulador do sistema das relações de gênero contemporâneas.

O trabalho doméstico não remunerado implica a dimensão do afeto devido ao grau de interpessoalidade,

(...) realizar trabalho gratuito (de modalidades bastante diversas, como o **trabalho doméstico repetitivo**, o cuidado com as crianças (*care*), a gestão familiar da sociabilidade etc.) por afeto contribui para perpetuar a dominação masculina (...) (HIRATA, 2004, p. 3, grifo nosso)<sup>13</sup>

Esse trabalho não é coberto pelo salário (IASI, 2011, p. 139). O problema é “resolvido” pelo patriarcado, de modo que a mercadoria força de trabalho tem parte da composição de seu valor na atividade de reposição de sua energia. Trata-se, pois, de discutir mais profundamente como se configura a divisão sociossexual do trabalho no capitalismo, qual o papel do trabalho doméstico nesta divisão e como ela se localiza em face das relações de produção de mercadorias. Há conjugação? Em caso de resposta positiva, que qualidade comporta?

### 3.2 Valor e Feminismo

“A questão do valor permanece como um desafio teórico e político para o feminismo” (ÁVILA, 2007, p. 6); “(...) é obscurecendo a contribuição fundamental da mulher à reprodução social que a dominação masculina é legitimada” (GAZZOLA; AZAMBUJA, 2000, p. 44), a partir de um controle patriarcal sobre o trabalho. A

---

<sup>13</sup> A imagem que Hirata descreve nos leva a pausar o texto e a nos remetermos a um registro e sugestão sobre a percepção do caráter alienante da reclusão no lar: com interessantíssima leitura crítica da condição feminina no Brasil, uma companhia de teatro da cidade de São Paulo (Kiwi Companhia de Teatro) encena, desde 2010, o projeto “Carne – patriarcado e capitalismo”. No momento da peça em que as atrizes são tomadas pelo trabalho doméstico, somos levados a observar com um olhar menos naturalizado o detalhamento das tarefas, em meio a uma infinidade de objetos e equipamentos que compõem o repetitivo funcionamento do espaço doméstico, até que podemos visualizar as mulheres engolidas pela engrenagem interminável das atividades: na cozinha singelamente montada no teatro, o movimento extenuante da limpeza faz uma das mulheres passar pela outra, limpando-a como a mais um de seus utensílios. Guardadas as devidas proporções, lembramos de momentos do clássico filme *Modern Times* (1924), de Charles Chaplin, quando *Carlitos* é reduzido aos movimentos da veloz esteira taylorista.

valorização deste se dá por meio dos caracteres ditos masculinos, como garantia da “sustentabilidade” familiar, baseada numa hierarquia entre produção e reprodução.

Roswitha Scholz (1996), no texto “O valor é o homem”, traz a reflexão de que a forma-valor fundada pelo trabalho abstrato tem sua contradição basilar (entre matéria e forma) determinada por especificação sexual. Assim, a estrutura básica da relação de valor no capitalismo comporta o mecanismo patriarcal da cisão dos papéis por gênero. Em outras palavras, a divisão sociossexual do trabalho faz parte do princípio da atual lógica do valor.

Scholz assevera:

As cisões de que resultam a esfera feminina, o contexto de vida feminino e o âmbito de atividades imputado às mulheres (administração do lar, educação dos filhos, “convívio social” etc.) são, portanto, elementos integrantes, por um lado, da socialização pelo valor, mas por outro, lhe são também exteriores. Como, no entanto, a cisão necessariamente faz parte do valor e com ele é posta, seria preciso criar um novo entendimento da socialização, capaz justamente de levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão, não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado. (SCHOLZ, 1996, p. 4)

A crítica de Scholz ao marxismo e ao movimento feminista, que intenta reconceituar “positivamente” a esfera feminina de maneira superficial, seja para “incluí-la” no mundo, apenas reconhecendo-a, seja indicando-a como o caminho para a solução do economicismo capitalista, nos contempla em nossa busca por conceituações que busquem apreender qual o sentido do patriarcado na atualidade. O que forma e impulsiona sua estruturação? O que fundamenta a cisão por ele operada? Há um momento de unidade? Em caso positivo, qual seu significado do ponto de vista do projeto de modernidade?

Em *Introdução à economia feminista*, Miriam Nobre (2002) discute a proposta do nascente movimento teórico no Brasil com o qual intitula seu artigo. A primeira referência é feita à crítica da economia política hegemônica, movida pelos ideários do *homo economicus*, por concentrarem-se na competição; por outro lado, haveria outros ideários regulando as relações econômicas, uma “reciprocidade” que em “primeira impressão (...) teria um valor positivo associado ao gênero feminino”. Ou seja, “tomando-se a economia como um todo, há outros valores fazendo as pessoas se moverem, tomarem decisões, e não somente a competição, a eficiência” (2002, p.

13). Tais ideários estariam ligados diretamente às tarefas de reprodução, porquanto haveria um “coração invisível”, como aponta uma economista citada por Nobre, contrapondo-se à máxima smithiana da mão invisível do mercado.

Compreendemos que, considerando o conjunto das relações de produção e reprodução, é possível encontrar focos de resistência à lógica economicista, inclusive do ponto de vista das experiências dos movimentos sociais que buscam formas outras de produzir em cooperação solidária. São exemplos desta as tentativas em assentamentos rurais e nas vivências de “fábricas ocupadas” por trabalhadores. Contudo, tais resistências não guardam um teor sistêmico capaz de limitar a lógica expansiva das relações capitalistas.

A divisão sociossexual do trabalho não aponta para um sistema que conteste a si próprio. A reciprocidade carregada pelas práticas servis construídas pelo patriarcado não contém a potencialidade de seu contrário, de uma protoforma de produção/reprodução radicalmente diversa, que poderia evoluir para algum tipo de sistema igualitário.

Em *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?*, Cristina Carrasco (2003), importante pesquisadora da Universidade de Barcelona, referência no Brasil nos estudos sobre a chamada “economia feminista”, efetua a seguinte análise:

(...) as necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de afetos e relações, (...) o trabalho destinado ao cuidado das pessoas do lar tem contexto social e emocional diferente do trabalho remunerado e, além disso, necessidades pessoais e sociais que não permitem uma simples substituição por produção de mercado. Implica relações afetivo-sociais dificilmente separáveis da própria atividade e cria um tecido complexo de relações humanas, sobre o qual, de alguma forma, se sustenta o resto da sociedade. (CARRASCO, 2003, p. 14-17)

Nosso entendimento é de que o fundamento dessa perspectiva guarda uma ambiguidade patriarcal, pois naturaliza as relações de trabalho orientadas pelo valor de troca, bem como o mito patriarcal em torno da maternidade, que feminiza as demandas sociais desta. O afeto relacionado ao trabalho doméstico não remunerado é uma construção histórica.

Carrasco (2003) parte da cisão conceitual encontrada em Arendt (1998), entre *labor* e *trabalho*. O primeiro seria determinado pela produção básica, que “não deixa rastros, cujo produto se esgota em sua realização e, por isso, geralmente têm sido desprezadas”; já a conceituação de *trabalho* é definida por oposição: seus resultados materiais duradouros e inovadores, o que permite, segundo Arendt, a valorização e o reconhecimento social que conhecemos. Reiteramos a discussão feita por Marx, citada na seção anterior, de que para cada sociedade temos uma forma de produção material que corresponde à conjugação entre produção e reprodução. Ou seja, a forma como se organiza o trabalho e seus meios corresponderá a determinadas tendências para a formação de uma totalidade que funda as instituições necessárias a sua reprodução social.

A possibilidade de igualdade substantiva não se coaduna com a convivência de formas hierárquicas de atendimento às necessidades humanas, isto é, com a atual divisão sociossexual do trabalho. Para vislumbrar igualdade social não podemos nos valer de um sistema oriundo do antagonismo e de uma cultura patriarcal, necessariamente contraditória, que cinde o trabalho, e com ele, toda uma estrutura societal.

Decorrente desta compreensão, Carrasco (2003) elabora a seguinte proposição de uma “economia feminista” para o capitalismo:

(...) seguindo o modelo feminino de trabalho de cuidados: uma forma descontínua de participar no trabalho familiar que dependerá do ciclo vital de cada pessoa, mulher e homem e jornadas de trabalho teriam de ir se adaptando às jornadas domésticas necessárias, e não ao contrário, como se faz atualmente; os tempos mercantis teriam de ser flexibilizados, mas para se adaptarem às necessidades humanas. O resultado seria uma crescente valorização do tempo não mercantilizado, que colaboraria para que o setor masculino da população diminuísse suas horas dedicadas ao mercado e fosse assumindo sua parte de responsabilidade nas tarefas de cuidados diretos. (CARRASCO, 2003, p. 46)

O problema maior não é a falta de corresponsabilidade social no espaço doméstico, mas o fato de existir o espaço doméstico como existe hoje, mais precisamente, a instituição da família nuclear tal como está colocada. Esta guarda muitas das respostas de reprodução ao ordenamento de uma sociedade de

mercado. A ausência de corresponsabilidade social no lar, o próprio lar hoje posto, é em si uma consequência do *systeme* da divisão sociosexual do trabalho.

Em suma, a sugestão de Carrasco (2003) parte do pressuposto de que é possível controlar o capital, subvertendo sua lógica. Não nos parece interessante contrapor um modelo feminino a um modelo masculino de ordenar o mundo. A discussão teórica aqui adotada indica que o patriarcado é uma unidade sistêmica da qual a esfera feminina e a esfera masculina que conhecemos são resultantes de um mesmo processo, como ‘faces da mesma moeda’, e seu resultado só faz sentido devido à cisão de papéis por gêneros. De modo que não podemos observá-los como sendo um a negação do outro; trata-se de uma contradição em complementaridade, e não de uma forma de antagonismo.

O chamado “modelo feminino” é uma demanda e resultado histórico da dinâmica sociocultural das relações patriarcais, consistindo numa expressão da parcialidade imposta como estereótipo ao desenvolvimento de das mulheres. De igual modo, o “modelo masculino” também tolhe o desenvolvimento humano, formando indivíduos sob uma tacanha compreensão que reduz o homem a uma outra parcialidade.

Scholz(1996) revela uma preocupação com a busca de novas conceituações para exprimir o estatuto e o papel das tarefas de sustentabilidade da força de trabalho; nega as duas denominações mais correntes: atividade, termo que passa ao largo de qualquer especificidade ou densidade teórica; e trabalho, referido à ampliação do conceito de trabalho produtivo:

(...) corre, a meu ver, o perigo – contra sua intenção – de abrir caminho a uma reificação ainda maior das relações sociais no plano teórico, uma vez que a “produção da vida”, assim chamada erroneamente, passa também ela a ser apreendida com categorias que se orientam pela produção de mercadorias. (SCHOLZ, 1996, p. 1)

Consideramos que o primeiro passo é buscar a compreensão precisa dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, e resolver a herança dos entraves datados na relação entre feminismo e valor econômico.



O histórico das discussões sobre o trabalho doméstico no movimento feminista é repleto de dificuldades, como ocorre até hoje, fundamentalmente quando se tenta trazê-lo para o “mundo do trabalho”. Os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo forjados na economia política estão no cerne das polêmicas que ainda perduram.

Mello (2010), discutindo os debates sobre o tema realizados na década de 1970, destaca Dalla Costa como uma leitura clássica da posição que considera o trabalho doméstico como um trabalho, por produzir uma mercadoria para o capital, o trabalhador e o futuro trabalhador. Esse polo interpretativo influenciará o surgimento de campanhas pelo assalariamento das donas de casa, o que será contestado posteriormente por Ellen Malos, argumentando que essa política intensificaria a divisão sociossexual do trabalho. Mello (2010) diz ainda que o nó górdio desses debates se mantém até os dias de hoje em torno dos conceitos de trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo<sup>14</sup>.

Entendemos que a literatura feminista tende a fazer uma crítica à oposição levada a cabo pelo sistema capitalista entre produção e reprodução. O método marxiano nos possibilita compreender que, na verdade, produção e reprodução são parte de uma totalidade, a produção material da vida, e que atualmente se conjugam na relação entre trabalho produtivo e improdutivo para o capital. Em razão dos limites da discussão que nos propomos a realizar, seguiremos mais diretamente para a reflexão sobre o conteúdo conceitual dessas categorias que ainda causam tantas confusões, remetendo-nos às elaborações de Marx.

De acordo com Ávila (2007),

O tempo do trabalho doméstico, do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. Mesmo na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo realizado no espaço doméstico, elemento central para reprodução social, não é levado em conta. Os custos da reprodução da força de trabalho são contados, apenas, a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar. (ÁVILA, 2007, p. 3).

---

<sup>14</sup> Em virtude dos limites do esforço exigido pelas dimensões do objeto, a conexão de nosso debate ao histórico das décadas de 1960/70 deverá ser realizada em trabalho posterior.

Tradições no campo do marxismo tornaram nebulosa a discussão da relação entre produção e reprodução, prejudicando a compreensão de variáveis fundamentais para o funcionamento da atual sociabilidade. Contudo, entendemos que a compreensão teórica que norteia a obra de Marx nos habilita a chegar a conceitos mais próximos do fenômeno social aqui tratado.

### 3.3 Trabalho produtivo e improdutivo

Nosso intento é discutir o capital como relação que envolve, necessariamente, uma determinada forma de reprodução social e nela localizar a função social do trabalho doméstico não remunerado. Partir da consideração dessa atividade enquanto *uma forma de trabalho* construiu polêmicas na literatura feminista, cujo centro caía na teia dos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, circunscritos à economia política.

Mapeando tais conceitos na obra de Marx, compreendemos que devemos seguir a contramão dessa tradição. Os debates do que vem a ser trabalho produtivo e trabalho improdutivo se limitam ao que é produtivo e improdutivo para o capital – o *tempo de trabalho socialmente necessário* é comumente estudado apenas do ponto de vista da lógica do espaço da produção de *valor excedentário* (mais-valia), em detrimento do ponto de vista do *tempo da reprodução social* (DEDECA, 2004).

Encontramos em Marx a discussão de que o *valor mercantil* ignora a *força conjunta de trabalho da sociedade* e a *forma* pela qual essa força foi despendida (MARX, 1985b, pp. 47-48), pois a noção de que trabalho produtor de bens é trabalho produtor de mercadorias vela a compreensão do trabalho em sua totalidade – quando afastado da esfera restrita ao valor de troca.

Ao buscar identificar o tipo de relação de trabalho que produz diretamente a sustentabilidade material do capitalismo, Marx formulou categorias centrais ao nosso debate, como *trabalho*, *classes sociais* e *valor de uso social*.

Em *Teorias sobre trabalho produtivo e improdutivo* – quarto capítulo do texto *Teorias da mais-valia* –, Marx (1987) discute como esses conceitos são formulados

na economia política clássica e, apreendendo o que identificara como grande contribuição de Adam Smith, elabora uma conceituação a fim de superar as ambigüidades dos mesmos – através da definição do que vem a ser produtivo e improdutivo do ponto de vista das formas de produção de mais-valia (tanto da própria transformação da natureza, quanto dos setores do serviço). Afirma Marx, no início do capítulo supracitado:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. **Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital.** (1987, p. 132, grifo nosso)

Desse modo, a existência do capital depende do trabalho assalariado que produz o valor necessário à sua própria conservação, ou, em outros termos, que ‘pague a si próprio’, enquanto produz um valor excedente para o indivíduo que contratou o serviço. Esse valor excedente garantirá a renda do capitalista, assumindo a forma de capital ao ser investido no aperfeiçoamento e na expansão dos meios de produção. Essa relação elementar é a pedra angular do surgimento da indústria moderna.

Nos *Grundrisse* (2011) Marx afirma:

A única coisa distinta do trabalho objetivado é o trabalho não objetivado, mas ainda se objetivando, o trabalho como subjetividade. Ou ainda, o trabalho objetivado, como trabalho presente no espaço, pode ser contraposto, como trabalho **presente no tempo**. Como deve existir como trabalho no tempo, **vivo**, só pode existir como **sujeito vivo**, no qual existe como capacidade, como possibilidade; logo, como trabalhador. Por isso, **o único valor de uso** que pode constituir uma **antítese** ao capital é o trabalho, mais precisamente, trabalho **criador de valor, trabalho produtivo.** (2011, p. 212, grifo nosso)

Localizamos a função social do trabalho doméstico não remunerado a partir desse valor de uso descrito por Marx, que não pode ser mensurado pelo valor de

mercado, mas que, contudo, é imprescindível à sua reprodução. Trata-se aqui da reposição deste “trabalho presente no tempo” (“sujeito vivo”), necessário à manutenção do trabalho enquanto “possibilidade”, enquanto “trabalhador”; através de uma atividade que é terceirizada gratuitamente pelo capital, reduzindo o custo da reprodução do trabalhador.

Assim, não são cabíveis ao trabalho doméstico não remunerado os limites dos conceitos de trabalho produtivo ou improdutivo, pois

(...) o criado que lava, limpa a casa etc. ou a cozinheira que dá à carne uma forma apetecível fixam o trabalho numa coisa e de fato elevam o valor dela, do mesmo modo que a costureira que cose na fábrica, o mecânico que repara a máquina, os trabalhadores que limpam as máquinas, a cozinheira que cozinha num hotel como assalariada de um capitalista. **Potencialmente**, aqueles valores de uso também são mercadorias: as camisas podem ser penhoradas, a casa revendida, os móveis leiloados etc. Logo, essas pessoas produziram mercadoria em potencial e **acrescentaram valor aos objetos que elas transformaram**. (...) **O mesmo trabalho pode ser produtivo**, se o compro no papel de capitalista, de produtor, **para produzir valor maior, ou improdutivo**, se o compro na função de consumidor, de quem despende renda (...), **não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa**. (1987, p. 144, grifos nossos).

A grande diferença é do ponto de vista da *relação* estabelecida: qualquer trabalho pode ser produtivo, do ponto de vista do capital, se ele for comprado na “qualidade de elemento que gera valor” (MARX, 1987, p. 145). Assim, os conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo não decorrem

(...) da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto, nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), **mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que se realiza**. (...) É uma definição do trabalho, a qual não **deriva** de seu conteúdo ou resultado, mas **de sua forma social específica** (1987, p. 137-138, grifos nossos).

Marx chega a inferir como deve ser considerado o trabalho doméstico, quando afirma que

(...) a porção maior da sociedade, isto é, a classe trabalhadora, tem de executar para si mesma tal gênero de trabalho; mas só pode fazê-lo **depois de ter trabalhado “produtivamente”**. Só pode ela cozinhar a carne para si mesma depois de ter produzido salário para pagar a carne; manter limpos a casa e os móveis, polir os sapatos, depois de produzido o valor dos móveis, do aluguel da casa e dos sapatos. **Para a própria classe dos trabalhadores produtivos patenteia-se, portanto, “trabalho improdutivo” o que eles executam para si mesmos.** Esse trabalho improdutivo nunca lhes permite reproduzir de novo o mesmo trabalho improdutivo, se antes não tiverem trabalhado produtivamente. (1987, p. 145, grifos nossos).

Nessa passagem, Marx distingue produtivo e improdutivo do ponto de vista do cotidiano do trabalhador, sem considerar a divisão sociossexual do trabalho, contudo, oferecendo uma crítica de como o conceito de produtivo se revela ambíguo no real. Assim, considerando as atividades que compõem o trabalho doméstico, “(...) parte da produção desses serviços pode subordinar-se ao capital, do mesmo modo que parte do trabalho que se corporifica em coisas úteis se compra diretamente por renda e não se subordina à produção capitalista” (MARX, 1987, p. 146).

Marx separa a totalidade das mercadorias em duas grandes categorias: a força de trabalho e tudo o que ela produz, ao passo que o conceito de mercadoria jamais pode estar preso a uma forma de específica de mercadoria (1987, p. 146-151), e sim à forma social que a determina, ou seja, o valor de troca.

Trabalho produtivo seria então o que produz mercadorias ou o que diretamente produz, forma, desenvolve, mantém, reproduz a própria força de trabalho. Adam Smith exclui o segundo de sua rubrica de trabalho produtivo; arbitrariamente, mas pressentindo com acerto que, se o incluísse, abriria todas as comportas às falsas qualificações de trabalho produtivo. Por isso, quando abstraímos da força de trabalho, o trabalho produtivo se reduz ao que produz mercadorias, produtos materiais cuja fabricação custou determinada quantidade de trabalho ou tempo de trabalho. (1987, p. 151)

Marx afirma que as atividades que atuam na conservação da força de trabalho são custos de “reparação da força de trabalho” (1987, p. 146); estas, a depender da margem entre salários e mais-valia, podem ser garantidas ou não ao trabalhador. Marx exemplifica com o que se refere à saúde e à educação. Ocorre que esses trabalhos remunerados, como o trabalho doméstico, não são pagos

diretamente pelo valor que eles podem agregar mediante o serviço prestado. Nesse sentido, são diretamente os salários que os trabalhadores conseguem (ou não) negociar com seus patrões que possibilitarão o pagamento de um médico, um professor, uma cozinheira etc.

É interessante refletir sobre os custos de “reparação da força de trabalho” a partir de uma situação de crise econômica, conforme Marx, numa “queda simultânea de salário e lucro no valor total (...)”,

(...) se capitalista e trabalhador quiserem então consumir montante de valor em coisas materiais igual ao **[período]** anterior **[à crise]**, poderão comprar menos serviços do médico, do professor etc. Se forem forçados a continuar com a mesma despesa em ambos os serviços, terão de diminuir o consumo de outras coisas. Está assim claro que o trabalho do médico e do professor não gera diretamente o fundo por que eles são pagos, embora esse trabalho entre nos custos de produção do fundo que gera todos os valores que existem, isto é, nos custos de produção da força de trabalho. (MARX, 1987, p. 147, destaques nossos entre colchetes)

O núcleo da problemática tratada por Marx nessa discussão se encontra quando sua investigação se depara com o trabalho na forma social de mercadoria, expressa pela venda da força de trabalho – mais precisamente com o trabalho na forma assalariada produtiva para o capital, isto é, quando produtora de valor para a troca. O núcleo da problemática de que estamos tratando está ligado ao de Marx, porquanto revela uma forma social de trabalho que se localiza nas atividades de custo da mercadoria que produz o valor de troca. Isso implica discutir a média salarial (não apenas do “trabalhador produtivo”) enquanto expressão econômica da *negação* da existência de uma das atividades mais básicas para a garantia da reprodução do trabalhador e de sua família. Isso exige discutir trabalho no capitalismo através do conceito de divisão sociossexual do trabalho. O que, à época de Marx, pode-se dizer que não se colocava como um problema claro devido a sua invisibilidade histórica, superada pelos movimentos feministas contemporâneos. Iasi (2004) faz a pergunta central: qual trabalho concreto produz o valor corporificado na manutenção e reposição da força de trabalho? Responderíamos, tal como afirma de maneira contundente o próprio Iasi, “o trabalho doméstico!”. Mas o trabalho doméstico gera valor? Compreendemos que as categorias encontradas em Marx explicitam o conceito de *valor de uso social* para

discutir essa questão (IASI, 2011, p. 129). Embora seja resultado óbvio de toda a forma de produção, ressaltá-la na discussão sobre o trabalho doméstico não remunerado auxilia a discutir sua função social.

### **3.4 Desnaturalizando o valor de uso social do trabalho doméstico não remunerado**

A partir de Marx (1985) e Lukács (1997), compreende-se que o valor é uma propriedade objetiva resultante do ato do trabalho. O valor de uso encontra-se em germe na existência natural, como o ar e a terra; contudo, “sua socialidade está fundada no trabalho” e se distingue das outras categorias econômicas porque “constitui um dado característico de todas as formações sociais, de todos os sistemas econômicos (...)”, considerando aqui, claro, a mudança contínua de suas formas concretas (LUKÁCS, 1997, p. 74).

Até que não tenha entrado numa relação reflexiva com o valor de troca, o que somente pode acontecer num estágio relativamente muito elevado, o valor de uso nada mais designa do que um produto do trabalho que o homem pode usar apropriadamente para a reprodução da sua própria existência. (LUKÁCS, 1997, p. 5)

O conceito de valor de uso parte da forma concreta do trabalho. Das metamorfoses históricas deste, surge o conceito de trabalho abstrato, produtor do valor de troca. As relações históricas de divisão e operação do trabalho e de seus resultados são os determinantes das metamorfoses do trabalho concreto.

A *forma elementar* de trabalho, fundante do ser social, dá-se por uma relação orgânica com a natureza, como discutimos anteriormente. Daí partirão as diferentes formas e mediações da divisão social do trabalho. A historicidade desses fatores constitui as relações de fundo que devemos investigar para discutir o trabalho doméstico e sua relação com o valor.

No trabalho fundante do ser social, “o homem se confronta com o ser-em-si daquele pedaço de natureza a que está ligado diretamente o objetivo do trabalho” (LUKÁCS, 1997, p. 46). “Qualquer erro de conhecimento relativo à causalidade efetivamente existente, no processo de sua posição, leva inevitavelmente ao

fracasso de todo o processo de trabalho” (LUKÁCS, 1997, p. 55). O que garante a efetividade do trabalho é a relação entre uma posição teleológica orientada a um fim sobre um “material em si indiferente”, ao contrário das alternativas de uma teleologia secundária, que se debruçará sobre um material “já em si favorável ou desfavorável”, que “tende a decidir entre alternativas”, isto é, que imediatamente parte de uma relação direta com outrem, com outra subjetividade.

Nas atuais relações de trabalho, há formas de atividade de teleologia secundária inseridas em relações de trabalho produtivo (lembramos, que produz mais-valia). Na atividade do professor de uma escola privada, por exemplo, vemos essa relação. Essa mesma atividade, contudo, se realizada para o dono da escola como um serviço personalizado (aulas particulares para seus filhos, por exemplo), é uma atividade de trabalho que termina no pagamento do serviço do professor. Transfere, portanto, uma renda, sem permitir nenhuma transferência de valor para o contratante, isto é, sem gerar mais-valia para ele. Contudo, as atividades de teleologia primária, de criação de riqueza, constituem o trabalho elementar que gerou a possibilidade material para a existência das duas formas de trabalho de mercado acima descritas: a última, improdutiva de mais valor, a penúltima, produtiva de mais valor para o dono da escola, na medida em que resulta numa geração de lucro. Este lucro, por sua vez – não obstante tenha partido do processo de geração de riqueza –, é meio para a criação de novas divisões hierárquicas de trabalho, relações capitalistas responsáveis por metamorfoses nas classes sociais.

A atividade do professor, que não gera diretamente a riqueza, toma uma forma de trabalho de mercado, atividade que para a manutenção do capital enquanto relação dominante da produção de bens e manutenção da sociedade, poderia ser, numa situação-limite do capitalismo, ínfima para a sustentabilidade desse modo de produção. Ou seja, não se trata de uma atividade de trabalho fundante da riqueza material, porém de uma relação de trabalho surgida nas relações tomadas pelo mercado.

Se a definição ontológica da categoria trabalho advém da primazia teleológica para a transformação do ser em si no intercâmbio orgânico com a natureza, no capitalismo a produção do valor de uso e do valor de troca também estará condicionada primariamente por essa relação, articulando trabalho concreto e



abstrato, produzindo dois valores em contradição que resultam imediatamente na mercadoria.

Logo, temos no capitalismo o *trabalho produtivo elementar*, próprio de qualquer modo de produção, e todas as atividades de *trabalho de mercado* que compõem a totalidade da *divisão social hierárquica do trabalho*. Estas se desdobram em *produtivas ou improdutivas de mais-valia*, a depender da relação de classe estabelecida. O *trabalho doméstico não remunerado*, contudo, foge a essas definições em virtude de não se inserir nas relações de mercado. Seria este, então, caracterizado como relação de trabalho?

Temos, pois, a forma ontológica de trabalho, necessidade intrínseca ao ser social, e temos, por outro lado, suas formas históricas, a depender das relações econômicas estabelecidas. Na contemporaneidade, numa economia globalmente orientada para a produção do lucro, toda a atividade que possa implicar rentabilidade é chamada de trabalho, por ser identificada com a busca pelo sustento basilar do ser humano. Ou seja, as contradições da economia capitalista se apropriam de várias atividades transformando-as em trabalho abstrato, em virtude do que sua dinâmica imputa aos seres humanos: uma luta incessante pela manutenção da existência, sob os princípios da concorrência, individualismo e desigualdades de todas as ordens.

No caso do trabalho doméstico não remunerado, cria-se uma forma de trabalho que não se insere nas relações de mercado, mas dele participa em alguma medida ao agregar valor à reprodução da mão-de-obra que o move. Assim, como afirma Hirata (2011),

l'intégration des catégories de sexe élargit le concept de travail, pensé comme étant travail professionnel et domestique. Le statut de travail étant pleinement conféré au travail domestique, il est pensé comme étant travail rémunéré et non rémunéré, formel et informel (p. 40).

Compreendemos desse modo que a relação que configura a atividade doméstica e de cuidado é constituída por atividades que em alguma medida são próprias da rotina humana, contudo, sua forma doméstica, presa à atual forma de família, é um fenômeno da sociedade capitalista. Em outras palavras, o modo doméstico do cuidado com o outro, e principalmente com a prole, não é próprio da rotina humana enquanto tal, e sim da rotina de uma sociedade que separou o

espaço da produção de bens em prol de um formato apropriado à extração de mais-valia, em detrimento da reprodução social coletiva, tornada cada vez mais individualizada na família nuclear, a partir de uma desigual divisão social do trabalho.

O primeiro modo dessa atividade no capitalismo se dá, portanto, como um *trabalho doméstico não remunerado* atribuído ao gênero feminino. Seu caráter de trabalho se localiza a partir da relação de manutenção da força de trabalho e de reprodução social do futuro trabalhador.

Na relação entre o capital e o trabalho como seu valor de uso, o é tanto como valor objetivado, quanto como **possibilidade da atividade que põe valor**, que só existe como habilidade, faculdade, na corporabilidade do trabalhador. (MARX, 2011, p. 23, grifo nosso).

É preciso considerar que “a possibilidade da atividade que põe valor”, isto é, a força de trabalho, demanda serviços de manutenção. O capital e o patriarcado reduziram ao máximo essas tarefas ao espaço doméstico, por meio do controle da força de trabalho feminina na família nuclear. Temos assim um tipo de atividade configurada como uma forma de trabalho que produz um *valor de uso social*, em virtude da atual imposição sistêmica capitalista-patriarcal.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. E não só para outros simplesmente (...). Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. (MARX, 1985, p. 49)

O critério definidor do trabalho concreto é o valor de uso. O trabalho abstrato produz, além do valor de uso, também o valor de troca. A mercadoria sintetiza a relação capitalista, é um valor de uso social para outros, transferido por meio da troca. O trabalho doméstico produz o valor de uso social para outros, na medida em que seu fim é, a rigor, a manutenção da força de trabalho. Essa relação, que se opera no interior de uma divisão social de atividades de produção e reprodução, faz

dele uma atividade de *trabalho útil ao capitalismo* (porque reproduz uma mercadoria – ou seja, um valor de uso para outros), embora não estabeleça troca mercantil, nem crie mais-valia.

Nesse sentido, consideramos que o conceito de divisão sexual do trabalho tem sido descolado da crítica mais profunda à *divisão social hierárquica do trabalho*. Compreendemos que a especificidade do conceito de divisão sexual advém, e segue inerente, à hierarquia que compõe a relação capital, determinante da formação sócio-histórica contemporânea, a qual configura a relação produção/reprodução, ligada à dicotomia público/privado. Falar em divisão sexual do trabalho remete de imediato à problemática da inserção de caráter natural (biológico) como critério determinante de uma relação social.

A ênfase de Mézáros na questão da hierarquia no conceito de divisão social do trabalho carrega preocupação semelhante, por apontar um elemento da essência do fenômeno discutido. Desse modo, a fim de refletir sobre a invisibilidade da relação entre a reprodução (mais precisamente, a atividade doméstica não remunerada) e a produção capitalista, defendemos a conceituação de *divisão sociossexual do trabalho*, para situar a transversalidade de gênero enquanto parte de uma dinâmica hierárquica mais ampla, bem como para destacar a hierarquia de gênero enquanto dimensão estruturante da totalidade da reprodução social.

O fundamento da dupla jornada feminina é o *patriarcado*, consagrado em sociologia como conceito definidor da desigualdade social matrizada pelo poder do gênero masculino sobre o gênero feminino. A luta contra a dupla jornada está diretamente ligada à luta pela redução da jornada de trabalho produtora de mercadorias e por direito ao trabalho. Reduzir tal jornada de trabalho e exigir emprego deve ter, pois, um caráter de combate geral à divisão sociossexual do trabalho. A luta de classes deve ser considerada enquanto geral, nesse preciso sentido: quando inclui a agenda da dupla jornada de trabalho feminina e traz a servidão doméstica para o campo do trabalho. Nota-se que a extrema precariedade do emprego doméstico, a injustificável resistência política por parte da política institucional em mantê-lo enquanto inatividade econômica aos olhos do Estado, muito nos diz sobre como ele funciona no capitalismo.

O atual regime político neoliberal, que legitima a desregulação do tempo mercantil, opera simultaneamente a desregulação social cada vez maior do tempo

doméstico ao deslegitimar a responsabilidade empresarial e estatal sobre tudo o que diz respeito à reprodução do trabalhador, do futuro trabalhador e do “ex-trabalhador” – os aposentados.

Bila Sorj e Adriana Fontes (2012) afirmam que, provavelmente, o principal desafio a ser superado pelas políticas públicas no Brasil é o de “conciliar o combate à pobreza com a promoção da autonomia das mulheres”, desafio articulado ao da necessidade de “mudança na distribuição das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres” (2010, p. 73). O programa “Bolsa Família”, por exemplo, é o maior programa assistencial do mundo<sup>15</sup>. Além do critério de renda – *extremamente pobres*, renda mensal *per capita* inferior a R\$ 60,00, e entre R\$ 60,00 e R\$ 120,00, chamados *moderadamente pobres*<sup>16</sup> – exige-se, ainda, para a manutenção no programa: a frequência escolar das crianças e adolescentes e seus calendários de vacinação; agenda pré e pós natal no caso de mulheres gestantes ou mães que estejam amamentando (SORJ; FONTES, 2010). Sorj e Fontes concluem que o papel cumprido pelas mulheres nesse programa é central enquanto cuidadoras da família, aprofundando sua dependência com o espaço doméstico, na medida em que desestimula a autonomia individual.

O atual regime político naturaliza, pois, a ideia atomizada do tempo doméstico de reprodução da mercadoria força de trabalho (lembramos: sua reposição e a manutenção do futuro trabalhador), individualizando de modo cada vez mais intenso uma responsabilidade coletiva.

Compreendemos que essa problemática deve ser enfrentada de modo conjunto à observação da jornada de trabalho remunerada, a partir do questionamento político que pauta a diminuição do seu tempo. A luta histórica dos trabalhadores por diminuição da jornada de trabalho deve estar articulada ao debate da regulação social do tempo doméstico, conjugando pautas acerca de políticas sociais que enfrentam a temática.

Contudo, é importante considerar que,

(...) dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela **igualdade verdadeira** que desafia

<sup>15</sup> Em 2007, atendeu cerca de 11 milhões de famílias – 46 milhões de pessoas – segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SORJ, B.; FONTES, A. 2010)

<sup>16</sup> Esses na condição de gestantes, nutrizes ou crianças e adolescentes entre zero e 15 anos.

diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear. (...)

Uma vez que a família é o verdadeiro microcosmo da sociedade – cumprindo, além de suas funções imediatas, a necessidade de assegurar a continuidade da propriedade, à qual se acrescenta o seu papel como unidade básica de distribuição e sua capacidade de agir como a “correia de transmissão” da estrutura de valor predominante na sociedade –, a causa da liberação das mulheres afeta direta ou indiretamente a totalidade das relações sociais em toda a sua fragilidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 271; 803, grifo do autor).

A perda de poder político das mulheres é uma consequência imediata de todo o problema aqui discutido. O tempo "naturalmente" dedicado ao lar e aos filhos é obstáculo central ao questionamento da suposta inferioridade feminina, visto que a identificação da desigualdade e, principalmente, a possibilidade de busca por igualdade exige a ocupação dos espaços da rua, onde se localizam as fontes de poder e de disputa dele.

Em plena modernidade, os costumes que naturalizam desigualdades ancoradas em dados biológicos, como o sexo e a capacidade de gestar e aleitar (ou mesmo quaisquer especificidades culturais), deveriam ser duramente criticados e associados à discussão de igualdade de direitos. É o que se esperaria da sociedade moderna; contudo, as contradições sobre as quais esta se ergue nos leva a inferir que essa “espera” não encontra sustentação no real.

É preciso que o sentido da cooperação seja determinado pela *autoatividade*, com base *no tempo disponível*, como discute Antunes (2012), uma nova estruturação societal (...) deve recusar o funcionamento com base na separação dicotômica entre *tempo de trabalho necessário* para a reprodução social e *tempo de trabalho excedente* para a reprodução do capital. (ANTUNES, 2012, p. s/n)

Embora o capitalismo tenha possibilitado o desatar de formas de dominação sociocultural e políticas fundamentais para as mulheres – considerando aqui a possibilidade histórica do advento do movimento feminista, bem como o protagonismo dos sujeitos políticos enquanto tais para o seu avanço –, é fundamental buscarmos formas explicativas para o fato de as relações de gênero continuarem a ser permeadas pelo poder, pelo binômio dominante/dominado. E,

portanto, como o conflito social gerado por tais relações de dominação é capaz de articular estrutura econômica e espaço político.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para as considerações finais, realizamos um esforço de síntese da discussão até aqui apresentada.

Entende-se que há uma relação política e cultural que impede aos homens e às mulheres a percepção de que a divisão de gêneros tal como se encontra colocada na modernidade é nociva ao conjunto da reprodução social. A mediação essencial para que se possa perceber isso são as relações de classes. A questão de classe é o fundamento da resolução metodológica feminista, pois é o principal caminho para a articulação entre trabalho e política rumo à quebra dos atuais estereótipos de gênero: à mulher caberia a função social do cuidado (*care*), função identificada por um estereótipo construído a partir do imaginário patriarcal que reduz a mulher a uma “essência natural”, contida na capacidade biológica de gestar e aleitar; desse modo, imputando o sentido biológico desses momentos à continuidade social do cuidado com a prole. O espaço doméstico é concebido como uma extensão da maternidade assim compreendida – logo, do corpo e do imaginário feminino.

Intensifica-se uma desigualdade de gênero e um conflito sobre seu processo histórico de individuação. As perdas políticas, econômicas e subjetivas são imensuráveis. É tolhido seu desenvolvimento individual, que se torna sazonal de acordo com as vicissitudes da própria reprodução da vida restrita ao núcleo familiar (destaca-se aqui a atividade de cuidado, principalmente de crianças e idosos), ou mesmo das necessidades econômicas que as mantêm nos guetos femininos de atividade.

Do ponto de vista imediatamente econômico, podemos constatar as contradições fundamentais de classe que regem nossa sociedade a partir desses fenômenos. Para todos os efeitos, o patriarcado visto a partir das relações de reprodução exerce função econômica na tensão entre trabalho e capital, pois contribui para o rebaixamento do rendimento familiar do conjunto da classe trabalhadora. Do ponto de vista do regime neoliberal, o Estado e o capital ganham nesse momento maior força econômica e política.

Considerando o patriarcado enquanto fenômeno transversal às classes sociais antagonicas, é preciso diferenciar sua função econômica e política do ponto de vista de cada polo de classe, pois as contradições entre mulheres e homens, presentes na classe da qual emerge a força de trabalho, são funcionais à (re)produção de mais-valia.

Do ponto de vista da classe detentora dos meios de produzir, o patriarcado se consubstancia fundamentalmente pelo casamento monogâmico (particularmente pela monogamia feminina), partindo da necessidade de uma instituição social que legitime a prole em função da manutenção do direito à herança da propriedade privada.

A invisibilidade do trabalho doméstico se fundamenta no patriarcado combinado ao fetichismo da mercadoria. O valor de mercado forja no mundo do trabalho (para o próprio trabalhador) um olhar que parte das lentes da divisão social hierárquica. Tais lentes dificultam a observação do que Marx chama de totalidade da produção material, que diz respeito à totalidade das formas de produção e reprodução, as quais comportam as atividades, espaços e tempos que fogem ao âmbito do mercado.

O campo do trabalho – considerado enquanto âmbito estrutural da divisão sociosexual de papéis na produção e na reprodução social – e o espaço político – como espaço privilegiado para a transformação dos problemas supostamente privados em problemas públicos –, são os âmbitos fundamentais para pensarmos o problema da servidão doméstica, pois o articulam ao espaço da coletividade.

A necessidade de discutir o trabalho doméstico enquanto trabalho se mostrou importante por: 1) tratar-se de uma atividade exercida em virtude da imposição do tempo para a acumulação de capital, que impõe a “terceirização” do tempo para a reprodução da força de trabalho no âmbito da família, responsabilizando sempre a mulher; 2) essa “terceirização” é viabilizada pela construção de um papel social mediado por um discurso que parte da condição biológica do corpo feminino de gestar e aleitar (MAGALHÃES, 2005), tecendo uma ideologia que diferencia um sujeito social por meio de dados naturais, de modo que estende às mulheres as obrigações sociais, coletivas, que derivam da maternidade, como suas obrigações primordiais; disto resultam relações sociais que relegam à mulher o espaço privado, doméstico, como extensão de seu corpo e de sua individualidade, definindo seu



‘destino social’ aprioristicamente; 3) assim, estabelece-se uma divisão sociossexual do trabalho, a partir de uma “terceirização” do tempo socialmente necessário à reprodução, *imposta* pelo tempo necessário à acumulação de capital, para garantir o cuidado com o trabalhador, com o futuro trabalhador, e do ex-trabalhador num momento como o atual; 4) decorrente disso, tem-se uma divisão social e política interna à classe trabalhadora, na medida em que, por um lado, mantém-se uma relação de trabalho desvalorizada, considerada natural, que cria para uma parcela do gênero humano uma condição de subalternidade, com desdobramentos de controle social em todas as esferas da vida, gerando possibilidades outras de coisificação das mulheres na sociedade de mercado; uma problemática permeada por uma servidão aparentemente voluntária, natural, reconhecida pelos homens como um conforto, um aparente “direito masculino”, já que estes seriam os “naturais” provedores do núcleo familiar.

A vida das mulheres dos segmentos mais pauperizados da sociedade não conhece efetivamente a mobilidade social que o gênero feminino de classes médias e abastadas pôde alcançar através do aumento da escolaridade, do investimento em carreiras profissionais e ocupação de cargos públicos. E ainda assim, várias pesquisas apontaram para as dificuldades que essas mulheres enfrentam ao viver sob a ideologia patriarcal, mesmo nos espaços considerados os mais possivelmente “livres” (como poderíamos pensar alguns espaços educacionais, a exemplo da universidade, que torna possíveis vários questionamentos, como pudemos observar na pesquisa realizada na UFAL (PIBIC/CNPq, 2005-2008).

A ausência de aportes coletivos públicos (creches, escolas em tempo integral, lavanderias e restaurantes públicos – instalados também nos espaços de trabalho) é “solucionada” com a responsabilização das mulheres pelo cuidado com a família e seu espaço. De modo que a mulher se qualifica para o mercado e nele se insere, mas ocupa atividades de tempo parcial (trabalho informal, subcontratado, terceirizado), porque a outra parte significativa do tempo é setorizada pela terceirização gratuita de sua mão de obra nas atividades de reprodução do trabalhador e da prole. E, quando do trabalho remunerado em tempo integral, a terceirização da manutenção do espaço doméstico e/ou do cuidado será feita pela trabalhadora, contratando outra trabalhadora. Esta se inserirá no maior setor de ocupação feminina remunerada no Brasil, o emprego doméstico. Parte de um salário

será destinado à formação de um novo assalariamento, que ao fim e ao cabo, rebaixa um rendimento familiar por um lado, e por outro aprofunda a segregação ocupacional feminina, que se insere no mercado através de uma “qualificação informal”, naturalizada pelo servilismo patriarcal na família. Quando não, concentram-se em profissões que representam extensões dessa mesma “qualificação informal”, e por isso auferem salários menores na lógica do valor de mercado.

Compreende-se, portanto, que para reivindicar a corresponsabilidade social no espaço doméstico é preciso considerar simultaneamente a necessidade de *igualdade verdadeira* do ponto de vista da totalidade social, através do que Mézáros (2002) denomina de “reestruturação radical da totalidade do processo socio-reprodutivo” (p. 601). Trata-se de uma reconstrução do pilar dessa totalidade, que são as relações de trabalho sob a propriedade privada e o patriarcado, as quais se encontram atreladas ao capital e ao Estado. O momento central dessa reestruturação diz respeito à superação da divisão hierárquica do trabalho, em virtude de sua função estruturadora da apropriação privada dos meios de produzir. Tal superação é condição *sine qua non* para uma reorientação da função social do tempo de trabalho. Estes seriam os princípios para uma reflexão sobre uma reorientação radical do tempo em direção à qualidade, e não à quantidade, como parâmetro para a reprodução social.

É necessário que o movimento feminista reflita sobre a perspectiva igualitária dos gêneros a partir do corte de classe, para que a dominação patriarcal possa ser identificada como sistema opressor de todas as mulheres, e, por conseguinte, sejam percebidas as especificidades desse sistema como um mecanismo opressor da classe que trabalha. Um caminho privilegiado é partir da identificação da dupla jornada feminina combinada ao rebaixamento salarial da mulher trabalhadora, do rendimento familiar e, simultaneamente, da classe em seu conjunto.

Destarte, a análise do trabalho doméstico não remunerado é fundamental para a compreensão da função social que cumpre o papel feminino oriundo do patriarcado. Para as mulheres tem-se como resultado um conflito com as atuais possibilidades de individuação, ocasionadas em grande medida das ações dos movimentos sociais feministas. Já para a acumulação de capital, tem-se a possibilidade de diminuição de custos aparentemente cobertos pelo salário do

trabalhador. É que parte do valor desta que é a mercadoria fundamental é garantida pela manutenção desse suposto papel social feminino, contribuindo para o aprofundamento da desigualdade de gênero.

Assim, mesmo quando não identificado pelas próprias mulheres como um tempo de trabalho, há, portanto, um tempo rotineiramente dedicado ao espaço doméstico, como podemos perceber nas pesquisas aqui discutidas. A isso atribuímos o motivo de que falar em jornada no plural significa, hoje, partir do gênero feminino, ao qual é atribuído um espaço primordial de atividade *a priori*. Discutir mundo do trabalho deve significar, também, debater a jornada de trabalho no plural, no tempo e no espaço, buscando especificar as necessidades sociais, econômicas e políticas atendidas com a manutenção da desigualdade de gênero.

É preciso que esse tema ganhe mais espaço acadêmico, investigativo, contribuindo com sua evidência nos espaços da vida pública, enquanto um conflito social e político que perpassa e ultrapassa os gêneros, ou seja, como um problema do conjunto do gênero humano.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. A Situação da Mulher Latino-americana – O Mercado de Trabalho no Contexto da Reestruturação. In: CAPELLIN, P.; DELGADO, D.; SOARES, V. (Org.). **Mulher e Trabalho** – experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- AGUIAR, N. Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira. **Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho**, João Pessoa, n. 34, p.73-106, abril, 2011.
- ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. A desconstrução do trabalho e a perda dos direitos sociais. **Evocati Revista**, n. 19, julho, 2007. Disponível em:  
<[http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp\\_codartigo=134](http://www.evocati.com.br/evocati/artigos.wsp?tmp_codartigo=134)>. Acesso em: 25 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Editora da Unicamp, 1997.
- ÁVILA, M. B. Notas sobre o trabalho doméstico. In: LIMA, M. E. B. et al. (Orgs.). **Transformando a relação trabalho e cidadania**. São Paulo, CUT Brasil, 2007.
- BARSTED, L.; PITANGUY, J. (org.). **O progresso das mulheres no brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRUSCHINI, C. Gênero e Trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95) In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.
- BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- BULPORT, A. Trabalho feminino, trabalho das mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: BULPORT, A. et al. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **A produção do viver**. São Paulo: SOF, 2003.

CHASIN, José. **Superação do Liberalismo**. Mimeo.: transcrição de aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, 25 jan./06 fev., 1988.

\_\_\_\_\_. **Método Dialético**. s/d. Disponível em: <[http://www.4shared.com/rar/k7oKWajl/jos\\_chasin\\_-\\_mtodo\\_dialtico.html](http://www.4shared.com/rar/k7oKWajl/jos_chasin_-_mtodo_dialtico.html)> Acesso em: 18 nov. 2008.

DATA POPULAR; SOS CORPO. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente**, dez., 2012.

DEDECA, C. S. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, A; OLIVEIRA, E. LIMA, M.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo, CUT Brasil, 2004.

DIEESE. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011.

DOARÉ, H. Divisão Sexual e Divisão Internacional do Trabalho: Reflexões a partir das Fábricas Subcontratadas de Montagem (México e Haiti). In: BULPORT. et al. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DURAN, M. **La jornada interminable**. Barcelona: Icaria ocho de marzo, 1986.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRANCA, G. **O Trabalho no Espaço da Fábrica – Um Estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudo & Pesquisas** – Informação demográfica e socioeconômica, n. 27, Rio de Janeiro: 2010.

HIRATA, H. Genre, travail et care: l'état dès travaux en France. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, n. 26, p. 37-56, 2011.

HIRATA, H. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. (orgs). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? **Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**. 2004.

\_\_\_\_\_. Vida Reprodutiva e Produção: Família e Empresa no Japão. In: BULPORT, A. et al. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HOBSBAWN, E. **Mundos do Trabalho** – Novos estudos sobre história operária. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. La Revolución Industrial (1780 – 1840). In: **Industria e Imperio**. Barcelona: Ariel, 2006.

IASI, M. Trabalho doméstico e valor. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para a casa: persistentes desigualdades de gênero. **Comunicados IPEA**, n. 149, Brasília: IPEA, 2012.

KERGOAT, D. HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

LAVINAS, L. O gênero feminino e suas particularidades. **Revista Sebrae**, Brasília, n. 08, 2003.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. Um Marx Insólito. In: MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: COUTINHO, Carlos N. & NETTO, José P. (org.) **O Jovem Marx e Outros Escritos de Filosofia – György Lukács**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Trabalho**. Tradução de Ivo Tonet, mimeo. Maceió: 1997. Disponível em: <<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>> Acesso em: 15 fev. 2013

\_\_\_\_\_. **A Reprodução**. Tradução de Sergio Lessa, mimeo. Maceió: 1992. Disponível em: <<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>> Acesso em: 15 fev. 2013

\_\_\_\_\_. **Marxismo Ortodoxo**. In: NETTO, José P. (org.). **LUKÁCS**. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. A Ontologia de Marx: Questões Metodológicas Preliminares. In: NETTO, José P. (org.). **LUKÁCS**. São Paulo: Ática, 1981.

MAGALHÃES, B. Uma análise da representação de gênero na literatura brasileira contemporânea. **Revista EXU**, Fundação Casa Jorge Amado, n. 35, p. 28-33, abril/junho, 1997.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, B.; BERTOLDO, E. (org.). **Trabalho, Educação e Formação Humana**. Maceió: Edufal, 2005.

MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política. In: Karl Marx – **Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse** - manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI Inédito de o Capital** – Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Capital** – Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Mais-Valia**. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital** – Rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

NETTO, J. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política** – Uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação Produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ED.34, 2000.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A; OLIVEIRA, E. LIMA, M.; SOARES, V. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Introdução à economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

RAMOS, D. P. Pesquisas sobre o uso do tempo: um instrumento pra aferir as desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2009.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís & Rosa Sundermann, 2008.

RICHARD, A. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (org.). **As novas fronteiras da desigualdade** - homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

RIZAVI, S.; SOFER, C. Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, A.; SORJ, B.; BRSCINI, C.; HIRATA, H. (org.) **Mercado de Trabalho e Gênero** – Comparações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SABIDO, F. C. **A tensão entre ideologia e ciência na sociologia**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

SAFFIOTI, H. **Emprego doméstico e capitalismo**. São Paulo: Avenir Editora, 1986.

SAINT-PIERRE, H. L. **Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SILVERA, R. Os Salários: Mantidas as Condições Desiguais? In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (org.). **As novas fronteiras da desigualdade** - homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SCHOLZ, R. **O valor é o homem**. 1996. Disponível em: <exit-online.org> Acesso em: 08 abr. 2011.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família. In: FARIA, N. MORENO, R. (org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Instituto José Luís & Rosa Sundermann, 2005.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

\_\_\_\_\_. Pluralismo Metodológico: Falso Caminho. In: TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2004.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, G. (org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1991.

WOOD, E. O que é (anti)capitalismo? **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 37-50, jul., 2006.